



OBSERVADOR RURAL
Nº 133
Janeiro 2023

**OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E DE EXERCÍCIO
DA CIDADANIA, NA VOZ DE LÍDERES
ASSOCIATIVOS DA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO**

João Feijó

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E DE EXERCÍCIO DA CIDADANIA, NA VOZ DE LÍDERES ASSOCIATIVOS DA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

João Feijó

RESUMO:

O texto descreve os obstáculos históricos ao desenvolvimento de organizações da sociedade civil (OSC) em Moçambique, que conheceram um cenário mais acolhedor na Constituição de 1990. Mecanismos de apoio à sociedade civil capacitaram líderes locais, tornando-os melhor conhecedores de dispositivos legais, capazes de reunir evidências e de exercer impacto junto das populações.

Contudo, as organizações enfrentaram problemas internos, relacionados com a ausência de recursos financeiros, com a capacitação dos seus membros e com problemas de transparência e rotatividade. O sistema de ensino desenvolve poucas competências de cidadania activa e o Estado desconfia de iniciativas de consciencialização das populações em direitos fundamentais ou em mecanismos de participação cívica. A manutenção de uma cultura política de súbdito foi funcional à penetração do grande capital na exploração de recursos naturais. As OSC enfrentam obstáculos à participação, relacionados com a forte politização da sociedade, com a desconfiança governamental em relação ao escrutínio público, proibição de manifestações públicas e receio das suas lideranças, particularmente após o início do conflito armado.

A proliferação de conflitos nas áreas da indústria extractiva e a inexistência de canais formais de participação e de acesso à justiça foram agudizaram tensões, habilmente capitalizadas por grupos violentos. A guerra dispersou os membros de OSC que timidamente floresciam nos vários distritos, retirando-lhes capacidade organizativa, de advocacia e pressão social. A chegada de organizações humanitárias internacionais em resposta à emergência pouco incluiu as associações locais, reproduzindo relações assistencialistas e de dependência.

O texto demonstra a urgência de identificação de líderes locais, (re)capacitação das OSC e criação de fóruns de participação social, invertendo a crença de que a violência constitui a forma possível e legítima de participação.

INTRODUÇÃO

A história de Moçambique é marcada pela persistência de elevados níveis de analfabetismo, por uma deficiente integração nos mercados e pela desconfiança do Estado em relação a organizações da sociedade civil, independentes do partido dominante. A existência de um regime colonial fascista e, no pós-independência, de um sistema de partido único, foi garantida à custa da violência e intolerância em relação a vozes alternativas. A partir da década de 1990 verificaram-se esforços de democratização da sociedade, abrindo-se espaços para diversas organizações da sociedade, que marcaram o processo de ajuda humanitária, de apoio a actividades empreendedoras e, mais recentemente, de monitorização de políticas públicas. Nos últimos anos, a penetração de grandes plantações e da indústria extractiva, pouco promotores de emprego local, geradores de desigualdades e de impactos ambientais adversos, tem provocado crescentes conflitualidades. Nas zonas de penetração do grande capital, levantam-se questões sobre a

existência de espaços de participação das populações afectadas, onde possam exercer os seus direitos de cidadania e influenciar políticas públicas, reequilibrando o jogo de forças sociais.

Depois de analisar as transformações dos espaços de participação social em Moçambique, neste texto pretende-se aferir as dificuldades das organizações da sociedade civil existentes na província de Cabo Delgado. Por fim, pretende-se analisar os canais de participação existentes e os obstáculos que as associações enfrentam na relação com as autoridades.

1) ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE: UM LONGO CAMINHO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

O conceito de cidadania aparece definido como uma situação social de participação nas relações políticas, económicas, sociais e culturais de um determinado Estado (Castles, 2000: 22). Em sentido estrito, o conceito traduz uma condição de pertença a um Estado. Contudo, em sentido lato, traduz o gozo de direitos constitucionalmente definidos, assim como a existência de espaços públicos de participação, onde os cidadãos possam actuar individualmente ou em conjunto. O conceito implica o conhecimento de direitos cívicos, políticos e sociais, mas também a igualdade de oportunidades no acesso à informação ou o acesso às esferas de decisão.

Não obstante o conceito de sociedade civil ser mais antigo, a sua utilização ganhou popularidade na década de 1980, em resultado da sua utilização por activistas da Europa de Leste e América Latina, em reacção contra regimes autoritários (Lyons, 2009: 71). O sucesso desses activistas popularizou o conceito noutras latitudes, entre cientistas sociais, agências de desenvolvimento e pelo Banco Mundial. Nesse processo, o conceito adquiriu uma dimensão normativa, tornando-se algo a ser incentivado nas políticas de desenvolvimento, a par de outros conceitos, como democracia, boa governação e combate à corrupção (Lyons, 2009: 71). O termo passou a ser utilizado com diferentes significados, remetendo para a ênfase da vida associativa, para a difusão de valores de tolerância, justiça social e igualdade, mas também para designar a esfera pública de debate e os espaços de participação (Edwards (2004). Neste texto, as organizações da sociedade civil são definidas como os espaços da sociedade, fora da família, do mercado e do Estado, onde os cidadãos se associam para a concretização dos seus objectivos (Heinrich, 2007). Neste âmbito, consideram-se os grupos sociais organizados e sem fins lucrativos, que incluem organizações humanitárias, religiosas, sindicatos ou associações profissionais, entre outros.

Ao longo do último século, Moçambique foi marcado por formas autoritárias de administração e pela desconfiança em relação à emergência de organizações da sociedade civil (OSC) independentes do poder político. A instalação do Estado Novo e a emergência de um Estado fascista de cariz corporativo e ditatorial traduziu-se na criação de obstáculos à emergência de organizações críticas e interventivas. A abertura de órgãos de comunicação social estava estreitamente condicionada à autorização política, instituindo-se a censura, aplicável a qualquer tipo de publicação (Sopa, 1996: 92). A Mocidade Portuguesa e a Federação Nacional de Alegria no Trabalho, entre outras organizações criadas pelo Estado Novo, tiveram o claro objectivo de edificação de um Estado corporativo e nacionalista, evitando a formação de antagonismos de classe e a desestabilização social. As organizações criadas em Moçambique estiveram fortemente vigiadas e controladas pelo regime, dirigidas sobretudo para fins religiosos, culturais, desportivos ou recreativos, mas também para actividades económicas, como, por exemplo, as cooperativas de produção algodoeira (Isaacman, 1987: 65). Actuando de forma violenta, a Polícia Internacional

de Defesa do Estado (PIDE) controlava activamente qualquer movimento desalinhado com as directrizes do Estado Novo (Mateus, 2004: 103-122).

Não obstante o cenário repressivo, nos principais centros urbanos moçambicanos (em Lourenço Marques, Inhambane, Beira ou Quelimane) emergiram alguns movimentos associativos dinamizados por elites africanas locais, que constituíram plataformas de discussão sobre o problema da discriminação, realizando tímidas reivindicações pelo direito à educação e ao trabalho (Moreira, 1996; 1997). Tutelados pelo Director dos Serviços dos Negócios Indígenas, os Grémios Africanos foram usados com o objectivo de controlo das populações, ainda que se tenham relacionado com o sistema colonial de forma desconfiada, actuando geralmente através de petições e de queixas às autoridades coloniais (Hedges, 1999: 203).

Já na década de 1960 assistiu-se a um forte dinamismo na criação de movimentos dissidentes africanos, fundados nos países vizinhos, com destaque para a UDENAMO, a MANU e a UNAMI¹, que acabaram por ser fundidos na Frente de Libertação de Moçambique. Perante a impossibilidade de negociação da independência de Moçambique, por via diplomática, em 1964 a Frelimo adoptou uma estratégia militar. Fruto de alianças e dissidências dentro da Frelimo são fundados outros movimentos, com destaque para a COREMO.

As Igrejas protestantes realizaram um importante papel na emancipação das populações africanas². Não obstante a concordata estabelecida com o Estado Novo, o alastramento do conflito armado levou diversos sectores católicos – nomeadamente os Bispos da Beira³ e de Nampula⁴ ou os Padres Brancos⁵, Combonianos, ou os padres Burgos espanhóis – a criticar

¹ A MANU tinha como objectivos quase exclusivos a melhoria das condições dos residentes de Cabo Delgado. A UDENAMO, embora mais pequena, era composta por moçambicanos oriundos de várias províncias, como Tete, Gaza e Maputo, e tinha uma visão "*mais ampla dos problemas dos camponeses e dos trabalhadores moçambicanos*" (Hedges, 1999: 249). A UNAMI era ainda mais pequena do que a UDENAMO e o seu suporte estava baseado em Tete e no sul da Zambézia.

² Os métodos pedagógicos utilizados nas Igrejas protestantes assentavam na preocupação de formar a juventude com um espírito auto-responsável e capacidade de auto-gestão e liderança, capazes de vir a substituir os missionários estrangeiros. Neste sentido, as Igrejas protestantes constituíam um dos poucos espaços da sociedade colonial onde os africanos tinham acesso a posições de liderança, como a de professor ou pastor. Por outro lado, as escolas das missões protestantes constituíam dos poucos espaços onde as populações locais tinham a oportunidade de discutir as suas ideias, criando as condições para moçambicanos fazerem uma crítica ao colonialismo (Silva, 1991: 35).

³ Ao longo do seu bispado, Dom Sebastião Resende (Bispo da Diocese da Beira entre 1943 e 1967) mostrou-se bastante crítico em relação à acção colonial portuguesa, criticando os abusos que se cometiam sobre a população local, defendendo publicamente a abolição desse estatuto. Favorável à emancipação dos africanos, o Bispo questionou as relações laborais existentes em Moçambique que, para o prelado, constituíam a chave para o futuro de Moçambique e dos colonos portugueses. A partir de 1964, os movimentos do Bispo da Beira foram vigiados pela PIDE. Sobre Dom Sebastião Resende ver, por exemplo, os trabalhos de Gulamo Tajú (1989: 149-176) ou de Pedro Brandão (2004: 116-140).

⁴ Manuel Vieira Pinto foi Bispo de Nampula entre 1967 e 1974, altura em que foi expulso de Moçambique pelo Governo colonial, vindo a ser apelidado de traidor pelos colonos portugueses. Ao longo de diversos discursos ambíguos, o Bispo efectuou a apologia da dignidade dos trabalhadores, do fim de torturas e prisões arbitrarias, bem como do direito de associação. Dom Manuel Vieira Pinto denunciou publicamente as desigualdades sociais e o racismo existentes em Moçambique. Cuidadosamente vigiado pela PIDE, o Bispo de Nampula representou uma das situações de maior relevo, ao nível dos conflitos entre a Igreja Católica e o Estado Novo (Brandão, 2004: 144-166).

⁵ A Sociedade dos Padres Brancos efectuou constantes denúncias de situações de trabalho forçado e de maus tratos infringidos aos negros e, a partir de 1964, de atrocidades cometidas pelo exército português.

abertamente o sistema colonial, denunciando injustiças sociais e massacres na província ultramarina.

Proclamando-se como a "*força dirigente do Estado e da sociedade*", após a independência de Moçambique, a Frelimo transformou-se numa instituição política hegemónica, procurando absorver as várias esferas da sociedade. Dissidentes da Frelimo e fundadores de organizações políticas rivais ao movimento de libertação foram capturados e assassinados após julgamento revolucionário (Ncomo, 2003). Na segunda metade da década de 1970 criaram-se 12 centros de reeducação, invariavelmente em zonas remotas, para onde foram compulsivamente deslocados, sem hipótese de defesa ou decisão de um tribunal, cerca de 10.000 indivíduos, entre dissidentes políticos, suspeitos de ligação ao poder colonial, cidadãos indocumentados, prostitutas, alcoólicos, autoridades tradicionais (régulos e curandeiros) ou testemunhas de Jeová, entre outros (Thomaz, 2008: 190).

Organizações assentes em bases étnicas foram proibidas e as relações entre o Clero e o Estado atravessaram um clima de tensão. Não obstante a sobrevivência de algumas instituições religiosas, a sociedade civil formal moçambicana ficou largamente circunscrita às chamadas organizações democráticas de massas. Neste contexto, foram criadas instituições como a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), a Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM), a Organização da Juventude Moçambicana (OJM) ou dos Continuadores. Sob a alçada do Ministério da Informação, cabia a estas organizações a promoção de ideais relacionados com a união nacional, com o envolvimento na produção, com a promoção da igualdade, com a emancipação da mulher ou com a luta contra todas as formas de exploração (Isaacman, 1983: 112). Através da criação dos Grupos Dinamizadores⁶, a Frelimo constituiu células em todas as unidades económicas, unidades de trabalho e residenciais. Não obstante um esforço de controlo de todas as esferas da sociedade, continuaram a persistir muitas organizações culturais e desportivas, fundadas ainda no tempo colonial, ainda que adoptando novas designações. Na província de Cabo Delgado, a Associação Muçulmana de Pemba alterou o seu nome para Associação Primeiro de Maio e o clube Vasco da Gama mudou para Estrela Vermelha.

A partir da segunda metade da década de 1980 começaram-se a constituir algumas instituições que garantiram a sua independência da Frelimo, enquanto Partido-Estado-Sociedade. Na sequência do Plano de Reabilitação Económica (PRE) e do debate sobre o futuro das cooperativas numa economia de mercado, desenvolveu-se a ideia de criação de um movimento nacional de cooperativas, independente do partido e do Estado, do qual veio a resultar a União Nacional de Camponeses (UNAC).

Tendo-se instalado em 1945 na região centro do país, a Sociedade acabou por ser expulsa de Moçambique em finais da década de 1960 (Thomaz, 2001: 47-48). Os padres de Burgos deram informações sobre o massacre de Wiriyamu ao padre branco inglês Hastings que, depois, publicou no jornal *The Time*, com grande impacto internacional.

⁶ Criados ainda durante o Governo de Transição, com o intuito de mobilizar a população e apoiar as políticas do novo governo, os Grupos Dinamizadores desempenharam funções políticas e administrativas. Compostos por cidadãos sem qualquer formação para o efeito, durante o "vazio legal", estes grupos fizeram as vezes de tribunais populares em muitas zonas do país (Newitt, 1995: 467). Encorajados por palavras de ordem relacionadas com a "*vigilância permanente*" ou com a "*neutralização dos inimigos do Povo*", os Grupos Dinamizadores interferiam – muitas vezes com virulência e descaso pela realidade económica –, na direcção e gestão das empresas.

Após a celebração do Acordo Geral de Paz, e tirando partido do espaço criado pela Constituição de 1990 (que garante a liberdade de associação, de expressão e de imprensa), proliferou um conjunto de novas organizações⁷, inicialmente actuando sobre situações de emergência humanitária, relacionadas com o regresso e reassentamento de refugiados de guerra, com a assistência médica e alimentar, com a prevenção de doenças, como o HIV-SIDA, a cólera ou a malária. Esta rede de ONGs veio preencher a fragilidade do Estado na providência de serviços aos cidadãos, em resultado da guerra dos 16 anos e dos efeitos do PRE. Ainda que operando de forma frequentemente descoordenada, estas organizações exerceram um papel paliativo importante, aliviando o problema da pobreza, ainda que alimentando uma cultura dependentista em relação ao exterior, quer por parte da população assistida, quer da parte dos respectivos profissionais⁸. Na década de 1990 surgem sindicatos independentes do partido Frelimo, assim como a Comissão de Trabalho das Associações (CTA), como um fórum de coordenação para o empresariado interagir com o Governo e induzir a adopção de políticas públicas que criassem um melhor ambiente de negócios, transformando-se, mais tarde, na actual Confederação das Associações Económicas de Moçambique.

Na província de Cabo Delgado, o início da década de 1990 fez-se acompanhar pela emergência de alguns movimentos associativos, compostos em grande parte por funcionários do Governo provincial, entre os quais associações de naturais ou amigos de determinados locais (como a ilha do Ibo); organizações de prevenção do HIV-SIDA, do desenvolvimento ou ambientais (como a Umocaze, Associação Kaeria, Associação Progresso ou a Associação Amigos da Terra, entre outras); ou filiais de organizações de âmbito nacional⁹. Em 1998 surgiu o Fórum de ONGs de Cabo Delgado (FOCADE), com o objectivo de coordenação dos esforços das diferentes organizações da província, estimulando a acção da sociedade civil. As organizações enfrentaram dificuldades no acesso a financiamentos, o que conduziu à realização de actividades intermitentes, em função dos apoios obtidos.

À entrada no novo milénio, acompanhando a estabilização política do território e a suspensão ou mudança de financiamentos, assiste-se ao desaparecimento e transformação de diversas colectividades, assim como à emergência de uma nova geração de organizações ou de formas de actuação, com uma abordagem menos assistencialista e mais direccionada para o esforço

⁷ O Primeiro Censo Nacional às instituições sem fins lucrativos, realizado em 2004/5 (INE, 2006), demonstrava que mais de 40% das associações nasceram na sequência da revisão constitucional de 1990. Cerca de um quarto das organizações recenseadas haviam nascido antes da independência, com destaque para as associações religiosas.

⁸ Importa, contudo, relativizar a ideia segundo a qual os quadros destas organizações auferem elevados salários, em moeda estrangeira. O censo do INE recenseou 138.604 indivíduos envolvidos em organizações sem fins lucrativos. Desta população, 75% eram voluntários, 18% eram remunerados (sendo que, neste caso, menos de um terço eram mulheres) e 6% eram clérigos. Apenas 1% das organizações formais da sociedade civil concentravam em si mais de 40% das receitas totais das organizações da sociedade civil, empregando cerca de um terço (32%) dos recursos humanos (INE, 2006: 56-65). Apesar das ONGs estrangeiras e nacionais representarem menos de 5% do total das OSC formais, o facto de elas concentrarem mais de metade dos recursos humanos e financeiros confere a esta minoria de organizações uma enorme visibilidade, pelo menos por comparação com as restantes organizações, sem a mesma proximidade relativamente aos centros de decisão, sem a mesma capacidade de advocacia e de acesso à comunicação social, assim como de pressão política sobre os órgãos centrais.

⁹ Pode-se referir a Associação de Deficientes de Moçambique (ADEMO), a Associação de Deficientes Militares de Moçambique (ADEMIMO), ou a Associação dos Moçambicanos Desmobilizados de Guerra (ADOMEG) – com muitos membros num cenário de pós-guerra – ou a Liga dos Direitos Humanos (LDH).

empreendedor. Num cenário que se apresenta como “neoliberal”¹⁰ passam a ser vulgarizados conceitos como “*empoderamento*” ou “*participação comunitária*”. É neste âmbito que diversas organizações passam a estimular o associativismo de pequenos produtores ou a constituição de micro-negócios, visando o aumento da produção agrícola e a segurança alimentar. Surgem inúmeras associações de produtores, no âmbito da iniciativa dos “sete milhões” ou visando a atribuição de DUATs para actividades agro-pecuárias, geralmente mais motivadas a partir de factores exógenos (existência de fundos para distribuir) do que pelas necessidades dos próprios membros. De acordo com a última actualização realizada pela União Nacional de Camponeses (UNAC), em 2020 estavam afiliadas cerca de 5.000 associações de camponeses envolvendo 150.000 membros (60% dos quais mulheres), distribuídas por todas as províncias e por 100 uniões distritais. Estas organizações de camponeses visavam, não só a organização produtiva, mas, também, a defesa dos respectivos interesses corporativos.

Mais recentemente, em resultado da penetração do capital no meio rural, dos respectivos efeitos sobre deslocamentos e reassentamentos populacionais, nomeadamente impactos socio-ambientais, têm emergido novas organizações preocupadas com um conjunto de direitos constitucionais e legais das populações, relacionados com o acesso à terra, à informação ou à participação em processos de reassentamento. Ainda que baseadas nas respectivas capitais provinciais, mas com capacidade de actuação sobre os distritos rurais, estas organizações tendem a actuar ao nível da assistência jurídica de populações afectadas pela penetração de projectos económicos. Dinamizada por indivíduos mais escolarizados, estas iniciativas procuram estimular a cidadania activa, incrementando a participação e monitoria dos cidadãos em relação a acções governamentais. Na província de Cabo Delgado, a acção de OSC baseadas em Maputo, com destaque para a CTV, Sekelekani e Justiça Ambiental, tiveram uma acção positiva ao nível da advocacia e de inclusão das temáticas na esfera mediática, com projecção nacional e internacional.

Na província de Cabo Delgado, o processo de exploração de madeiras e pedras preciosas é acompanhado pela emergência de novas organizações com enfoque em temáticas de gestão de recursos naturais, transparência e direitos humanos. Inspirada e encorajada por uma nova encíclica do Papa Francisco (que salienta a complementaridade da acção pastoral e da acção política), segmentos da Igreja Católica na província, por exemplo, através da Comissão Episcopal de Justiça e Paz, vêm produzindo um conjunto de reflexões e pronunciamentos públicos (GRI, 2018), em torno de questões, como conflitos de terras, tensão político-militar, fraudes eleitorais, pobreza e crise económica, assim como a redução das liberdades dos cidadãos, constituindo grupos de reflexão, de formação de animadores, assessoria jurídica e monitoria de políticas públicas.

Assiste-se, igualmente, a uma proliferação de órgãos de comunicação social. Enquanto, em 1991, antes da liberalização da imprensa, funcionavam no país apenas cinco publicações jornalísticas (Mogekwu e Namburete, 2000: 25), em 2002 estavam registados 230 órgãos da imprensa escrita e 43 estações de rádio no Gabinete de Informação de Moçambique (Namburete, 2002: 84), aumentando, em 2018, para 451 jornais e revistas e 95 rádios comunitárias, das quais 50 integradas no Fórum de Rádios Comunitárias (FORCOM). Ainda que uma fatia importante da

¹⁰ Frequentemente utilizado, o chavão “neoliberal” tem-se mostrado desajustado para descrever um regime político-económico fortemente proteccionista de uma elite política próxima do Estado (Pitcher, 2003), com características neo-patrimoniais, assim como os obstáculos económicos frequentemente criados aos indivíduos politicamente desalinados com o poder.

imprensa escrita esteja inactiva, nas principais capitais provinciais publicam-se pequenos jornais electrónicos, distribuídos por *email* ou através de grupos de *whatsapp* e com páginas no *facebook*. A falta de meios de transporte, que dificulta as deslocações ao terreno, o trabalho em regime de voluntariado ou o défice de formação não impedem estes órgãos de comunicação de reportar um conjunto de assuntos políticos, económicos e sociais. Com recurso a informantes espalhados no terreno, estes órgãos locais são frequentemente os primeiros a relatar incidentes relacionados com a exploração ilícita de recursos naturais, com casos de corrupção e peculato nos organismos públicos, paralizações laborais ou acções de protesto de populações. Relativamente aos órgãos radiofónicos, destaca-se o papel das rádios integradas no FORCOM e da Igreja Católica. Como analisam Bussotti e Fonseca (2019), estes órgãos tendem a difundir informações independentes do poder governamental, constituindo uma importante alternativa à informação mais oficiosa veiculada pelo Governo local, colidindo com interesses de administradores distritais, mas contribuindo para uma sociedade mais informada. Estabelecendo um conjunto de parcerias com diversas organizações não-governamentais, estes órgãos fornecem o seu contributo para a edificação da democracia, para a transparência e participação comunitária, para a advocacia sobre os direitos humanos, violência doméstica ou de género, entre outros direitos fundamentais.

Paralelamente, o aumento do investimento externo e a criação de emprego traduz-se num aumento do número de trabalhadores sindicalizados, em diversos ramos de actividade. Este fenómeno não deixa de contribuir para a melhoria dos respectivos conhecimentos acerca de direitos e deveres laborais.

2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA DO ESTUDO EMPÍRICO

O texto tem como objectivo compreender dinâmicas de funcionamento de organizações da sociedade civil e obstáculos enfrentados no Norte de Cabo Delgado ao nível do exercício da cidadania. Em termos específicos, pretendia-se: 1) Identificar líderes e organizações da sociedade civil na província; 2) analisar formas de participação sociopolítica e obstáculos enfrentados; 3) analisar reacções do poder político perante formas de contestação social.

Na prossecução destes objectivos, foram realizadas 24 entrevistas semiestruturadas a líderes de organizações da sociedade civil, procurando-se variar os entrevistados por âmbito de actividade e distrito de actuação. Desta forma, foram seleccionados oito dirigentes de organizações de desenvolvimento comunitário, quatro organizações de produtores, três organizações religiosas, três órgãos de comunicação social, duas organizações juvenis, duas organizações de ensino e pesquisa, uma organização sindical e um partido político. Importa salientar que esta categorização não é estanque, uma vez que alguns dos entrevistados são membros de diversas organizações, não deixando de estar, em alguns casos, envolvidos com organizações políticas (do partido no poder ou na oposição).

A amostra é predominantemente urbana. Destas organizações, 15 estão sedeadas em Pemba, mas actuam em vários distritos da província, três actuam no distrito de Montepuez, três em Pemba, duas operavam em Mocímboa da Praia e uma no distrito de Chiúre. As entrevistas foram realizadas ao longo do mês de Abril, nos anos de 2021 e de 2022, nos distritos de Pemba, Montepuez e Chiúre.

Com vista a melhor compreender a realidade social da província, os resultados das entrevistas foram cruzados com diversos dados secundários provenientes do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária.

3. DIFICULDADES ASSOCIATIVAS E DE EXERCÍCIO DA CIDADANIA

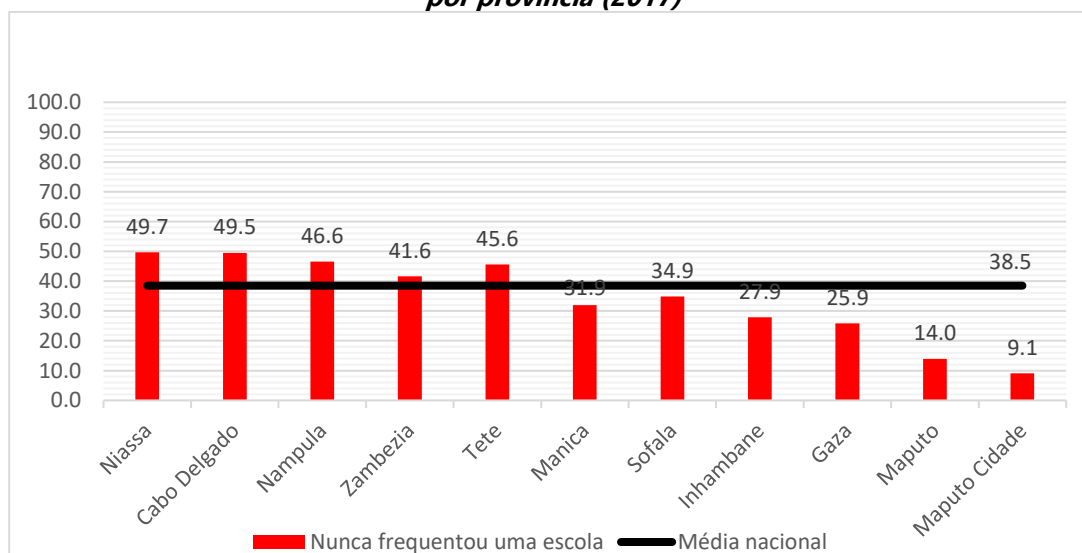
Os entrevistados referiram vários obstáculos enfrentados no âmbito da vida associativa, relacionados, nomeadamente, com: i) o analfabetismo e acesso ao conhecimento, para formação de uma cidadania informada; ii) limitações materiais e financeiras; iii) obstáculos burocráticos; iv) problemas de funcionamento interno nas organizações e com formas patrimonialistas de gestão; e, v) ausência de oportunidades para os mais jovens.

3.1. Dificuldades de acesso à informação e inexistência de uma cidadania esclarecida

a) O acesso à educação

Os dados do INE mostram que, no Norte do país, persistem os maiores índices de analfabetismo de Moçambique. De acordo com os dados dos Censos de 2017 (gráfico 1), quase metade dos indivíduos das províncias de Niassa (49,7%), Cabo Delgado (49,5%) e Nampula (46,6%) “nunca frequentou uma escola”, valores bem superiores aos constatados nas províncias do Sul – Inhambane (27,9%), Gaza (25,9%), Maputo província (14%) ou Maputo Cidade (9,1%) – assim como da média nacional (38,5%). Tal como nas restantes províncias do país, a percentagem da população de Cabo Delgado que nunca frequentou uma escola era claramente superior nas zonas rurais (54,6%), comparativamente com as zonas urbanas (35,9%), sobretudo no município de Pemba (24,6%), Ibo (27,7%), Mueda (30%) e Montepuez (33,2%).

Gráfico 1: Percentagem de moçambicanos que “nunca frequentou uma escola”, por província (2017)



Fonte: Censo 2017

De acordo com dados fornecidos pela Direcção Provincial de Educação de Cabo Delgado, no ano de 2017, em 9 dos 16 distritos desta província (Palma, Mocímboa da Praia, Quissanga, Ibo, Metuge, Mecúfi, Namuno, Balama e Muidumbe) só existia uma única escola secundária para todo o distrito. Os estabelecimentos de ensino superior continuam circunscritos aos centros urbanos de Pemba e Montepuez. O Censo populacional de 2017 mostrava que a percentagem da população da província que concluiu o ensino secundário geral (segundo ciclo) era de apenas 5,3%, sendo residual (0,7%) os que concluíram o nível de licenciatura, ligeiramente abaixo da média nacional (respectivamente 6,3% e 1,2%). Os índices de conclusão do ensino secundário eram claramente superiores nos centros urbanos (13,7%) em relação aos meios rurais (2,2%).

Tal como no restante território nacional, crescem os problemas de qualidade de ensino, marcados por turmas sobrelotadas, passagens automáticas independentemente das competências aprendidas, por elevados índices de desistência escolar, reduzida qualificação e motivação do corpo docente, assim como reduzida ou nula capacidade de fiscalização e avaliação do corpo docente, sobretudo nos distritos mais recônditos. A reduzida absorção de emprego local pelos grandes projectos (exigentes de qualificações localmente escassas) e as oportunidades existentes no sector ilegal da economia (corte de madeira, marfim, tráfico, etc.), que garantem acesso a rendimentos avultados, ainda que incertos, desvia muitos jovens da escola para actividades furtivas. As taxas de abandono escolar são também elevadas nas zonas da costa, onde a pesca e o comércio garantem rápido retorno monetário, aliviando situações de pobreza (Feijó *et al.*, 2022: 8). Neste cenário, os emergentes modelos de referência não constituem os jovens que completaram com sucesso o ensino formal, com competências que poderiam ser úteis para a vida associativa, mas, sim, os jovens afortunados que tiveram sucesso no garimpo ou em actividades furtivas. Estes factores interferem na forma como a população local compreende e interfere sobre a realidade socio-política envolvente, afectando o exercício da sua cidadania. A situação agravou-se com o conflito armado, com a destruição de dezenas de estabelecimentos de ensino e movimentos populacionais massivos para o sul da província, saturando o respectivo parque escolar¹¹. Tal como no resto do país, as medidas de prevenção da COVID19 paralisaram o ensino na província, comprometendo a formação de toda uma geração:

- *"O nosso sistema é péssimo, péssimo. É só passagem de matemática A e B, acabou. Nenhum professor está preparado para discutir, mesmo nível superior não há ainda... precisamos de mudar totalmente para que as pessoas saibam que não estão sendo formados, só para ser robots; mas cidadãos que poderão contribuir [para] o país. Imagine nessa retoma de aulas onde são duas vezes só por semana. O professor só tem que correr para cumprir a meta do programa (...) e não há tempo mais de olhar quais os outros assuntos extracurriculares"* (entrevista 16).

- *"eles não acreditam no sistema. Mas também não têm referências. Esse é um grande problema. (...) até posso dizer que tem referências sim. Mas não são aquelas, o desejado, alguém que, por exemplo, saiu, fez o ensino primário, ensino secundário, a faculdade e regressou, e contribuiu para o desenvolvimento da sua comunidade. E as referências que são pessoas que, por exemplo, foram ao garimpo artesanal (...) a ideia que o jovem tem no campo é de que ele tem que procurar uma forma fácil de ter dinheiro. Mas isso porque, durante muito tempo, ele foi educado assim."*

¹¹ Observações no terreno, nas escolas primárias de Chiúre ou de Montepuez, próximas de centros de deslocados, permitem verificar a duplicação da população escolar e aumento do tamanho das turmas. A título de exemplo, o número de alunos matriculados na escola primária anexa aos centros de deslocados de Katapua aumentou de 1.024, em 2020, para 1.739, em 2022. Da mesma forma, na escola primária de Mapupulo, que assiste os centros de deslocados de Expansão, Namputo e Ntele, registou-se um aumento de 600 matrículas, em 2019, para 2.200, em 2022 (Feijó *et al.*, 2022: 2-3).

Ele foi percebendo que não; aqui na comunidade para tu teres dinheiro rápido, tu tens praticar garimpo ou actividade fora da lei" (entrevista 14).

Em virtude da maior oferta educativa de nível secundário e superior, nos dois principais municípios da província – em Pemba e Montepuez – assiste-se a algumas alterações do cenário. O alargamento da oferta educativa e de acesso à informação nestes centros urbanos propicia a emergência de um grupo de jovens mais informados e participativos em debates, retirando partido do maior cosmopolitismo urbano e da menor capacidade de controlo social. Apesar de algumas instituições de ensino superior terem apostado na formação de áreas jurídicas, direitos humanos ou da ética, promovendo um impacto na consciencialização de jovens estudantes sobre direitos fundamentais¹², predomina uma oferta formativa de foro essencialmente técnico e profissionalizante, direccionada para necessidades do mercado de trabalho e não para áreas sociopolíticas, que estimulem a reflexão em torno da economia política da região:

- "Agora tem uma camada de jovens na cidade de Pemba já na Universidade Católica. A Universidade Católica tem outra mentalidade, o ISEG, Universidade Lúrio (...), entre outros. Estas universidades está cheio de jovem que já têm outra mente. Quando há debates, perguntam mesmo directamente, abertamente (...) 'que guerra é esta? Quem é?' (...) mas isso na cidade. No primeiro distrito em Metuge e Mecufi já não vês isso, porque, ali, as pessoas são facilmente identificadas quem é quem, o que falou, o quê" (entrevista 20).

- "Nós fizemos um pequeno estudo em Pemba quando queríamos implementar incubadora cívica e conversamos com os jovens da academia (UCM, Unilúrio), jovens dos bairros, professores e entre outros. E perguntámos sobre o que é que eles achavam sobre a temática de governação, cidadania, participação. Simplesmente nos deram respostas curtas e breves, que não tinham interesse, que tinham medo de represálias e que não tinham conhecimento". (entrevista 21).

Em termos gerais, o sistema educativo ainda não contribui para o desenvolvimento de um espírito crítico e de intervenção cívica por parte dos cidadãos, reproduzindo uma cultura política de súbdito

b) A comunicação social

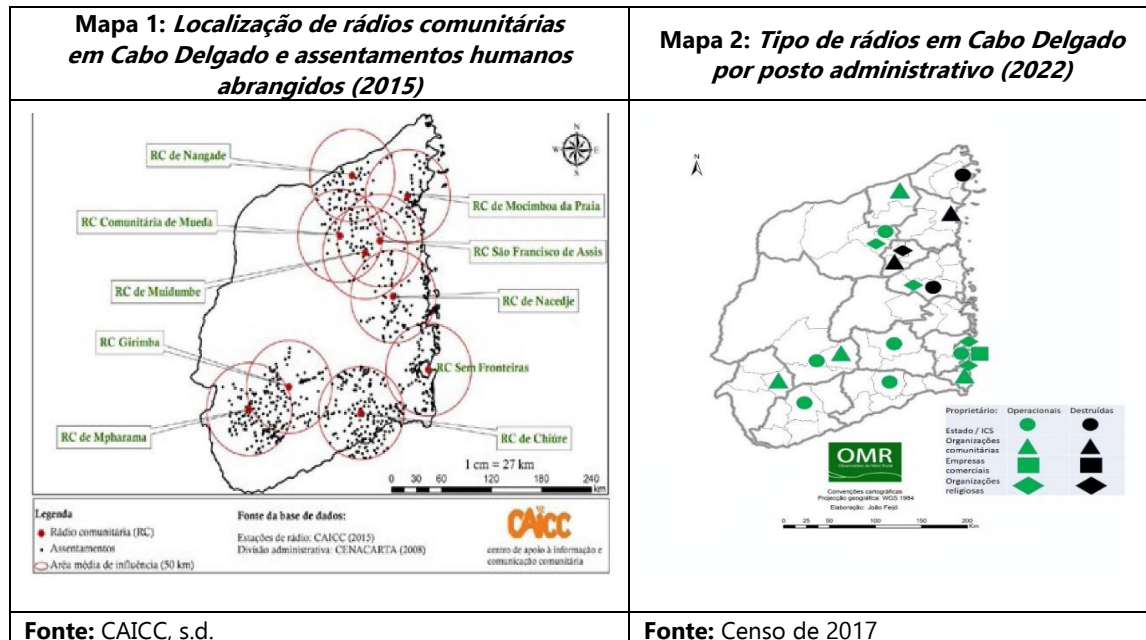
Para além da parca oferta educativa, constata-se a fragilidade da comunicação social. Numa província com elevados índices de analfabetismo, a presença da **imprensa escrita** é residual, resumindo-se, sobretudo, à circulação do diário oficioso *Notícias* pelas repartições do Estado, particularmente nas zonas municipais ou em algumas vilas sede distritais. A imprensa independente do poder governamental, geralmente editada em Maputo, dispõe de um círculo de leitores bastante restrito, geralmente confinados à capital provincial, que adquire os periódicos no único ardina existente na cidade, em frente ao Hotel Cabo Delgado.

¹² Neste campo, destaca-se a Escola de Ética, gerida pela Diocese de Pemba, mas filiada à Faculdade de Ciências Políticas de Quelimane da Universidade Católica em Quelimane (com quem tinha subordinação pedagógica). Ao longo de quase uma década, a escola organizou o curso de licenciatura em Ética, Cidadania e Desenvolvimento, assim como um Centro de Pesquisa e Observatório Social (CPOS), funcionando na vertente de pesquisa e de extensão. Em parcerias com diversas organizações da sociedade civil, realizaram-se diversas conferências e debates, reunindo especialistas e investigadores de áreas politicamente sensíveis, como os efeitos dos grandes projectos sobre as populações locais. Mais recentemente, a UCM organizou caravanas jurídicas junto de populações deslocadas, apoiando na emissão de documentos de identificação e na defesa de direitos fundamentais das populações afectadas.

Da mesma forma, a percentagem da população da província de Cabo Delgado com acesso a **televisão**¹³ é de 11,1%, estando concentrada nos meios urbanos (36,8%), em claro contraste com as zonas rurais (4,3%). A cidade de Pemba, onde 63,1% tem acesso a televisão, distingue-se claramente do resto da província, sobretudo dos distritos de Namuno (1,8%) e Balama (2,9%), mas também de Palma (7,5%), epicentro do investimento nos projectos de gás.

As **rádios** constituem o meio de comunicação social com maior poder de difusão, em particular as rádios locais. Apesar de não existirem estudos aprofundados sobre audiência de rádios comunitárias, vários relatórios (Chilengue, s.d.: 5) sugerem que o número total de ouvintes possa ser superior aos ouvintes dos canais da Rádio Moçambique¹⁴. Analisando o alcance do sinal de cada rádio comunitária e os assentamentos humanos existentes nesse raio, um estudo do CAICC (Chilengue, s.d.: 21) concluía que as áreas médias de influência das rádios comunitárias em Cabo Delgado cobriam 767 assentamentos humanos abrangendo 1.432.775 potenciais ouvintes, representando, na época, mais de três quartos (75,7%) dos habitantes da província. O nível de alcance era o quarto maior do país – atrás de Sofala (87,1%), Maputo Província e Cidade (82,1%) e Inhambane (78,7%) – e superior à média nacional (70,2%) (Chilengue, s.d.: 21).

Os sinais de rádio estavam concentrados ao longo da costa, no Sul da província, e, sobretudo, no planalto de Mueda (ver mapa 1). No mapa 2 constata-se que, antes do conflito, exceptuando Meluco, Quissanga e Ibo, existia uma rádio local em todos os distritos da província, gerida pelo Instituto de Comunicação Social (ICS), por organizações religiosas ou comunitárias. O ciclone Kenneth e o conflito armado foram responsáveis pela destruição e encerramento das instalações das rádios do Nordeste da província, nomeadamente de Macomia, Mocímboa da Praia, Muidumbe e Palma.



¹³ Apesar de não existirem estudos de audiência, é seguro afirmar que, estando os canais privados dependentes da existência de descodificador, a TVM constitui o canal mais assistido pelos telespectadores.

¹⁴ De acordo com um relatório do CAICC (Chilengue, sd.: 5), o raio médio das emissões das rádios locais era potencialmente de mais de 18 milhões de habitantes, distribuídos por 7.561 assentamentos humanos espalhados por todas as províncias do país, o que representava mais de dois terços da população moçambicana.

Ainda que não tenham desempenhado um papel activo na difusão de conteúdos e debates de cariz político e de segurança, as rádios comunitárias tiveram um impacto importante na prevenção primária de saúde das populações. Com o apoio de organizações internacionais (como a Helvetas ou a UNICEF, entre outras), várias rádios comunitárias transmitiram conteúdos sobre água e saneamento seguro, nutrição e saúde materno-infantil, prevenção da cólera e doenças sexualmente transmissíveis. De acordo com jornalistas dessas rádios comunitárias, estudos de audiência realizados pelos próprios (promovidos pelas agências doadoras) revelaram que cerca de 60% da população inquirida escutava as rádios comunitárias.

Para além do problema de disponibilidade de informação, alguns interlocutores acrescentam o défice de procura de informação sobre os assuntos que afectam a esfera pública, revelando preferência por programas de entretenimento oriundos da Tanzânia, de onde são oriundas as novidades culturais e mediáticas mais atractivas:

- *"quando cheguei aqui, em 2007, ainda até não havia muitas televisões e muito menos proliferavam essas antenas digitais em que a pessoa tem tantos canais. (...) E cada casa era um DVD, um televisor e está-se assistir filmes tanzanianos, apenas filmes tanzanianos. As pessoas aqui conhecem até melhor, tem mais informação sobre a Tanzânia do que o que se passa... não vou dizer no país, o que se passa mesmo na própria província (...) É difícil ver alguém com rádio a escutar um noticiário 30 minutos, é difícil ver. Em muitas casas que você vai à hora de noticiário está lá a passar a novela"* (entrevista 11).

De qualquer forma, ao longo da última década, algumas transformações têm acontecido no campo da oferta de informação. A chegada de televisões privadas teve um impacto na forma de fazer comunicação social na província, em particular na cidade de Pemba, emergindo uma nova forma de produção de notícia, em que os repórteres passam a circular pelas artérias da cidade e recolhem a opinião do cidadão, frequentemente sobre assuntos socio-económicos embaraçosos para as autoridades. Por outro lado, as **redes sociais** proporcionam, nos dias de hoje, um maior envolvimento dos cidadãos na produção e divulgação de informações, passando frequentemente a constituírem-se como cidadãos-repórter e fontes imprescindíveis de jornalistas de rádios comunitárias e de organizações não-governamentais. A comunicação passou a circular de forma mais horizontal, transformando-se as redes sociais num veículo de propagação de informação frequentemente não filtrada e, portanto, de veiculação de rumores e de desinformação, sobretudo em momentos de maior alarme social.

Pelo profundo impacto socioeconómico que exerceu na província, a guerra aumentou, significativamente, a procura de informação. Face à limitação do acesso dos jornalistas ao terreno, as redes sociais afirmaram-se como uma importante alternativa. Dominando as tecnologias de informação, vários jovens jornalistas de rádios comunitárias, residentes nas vilas-sede distritais, tornaram-se hábeis na produção de notícias, potencializando a sua rede de contactos locais e criando grupos de *whatsapp* e de *facebook* (entre os quais o *Pinnacle News*), através dos quais conseguem aceder e divulgar informação, ainda que nem sempre com grande rigor jornalístico. Com a eclosão do conflito, estes repórteres tornaram-se correspondentes de órgãos de comunicação social sedeados em Maputo ou no exterior, para onde enviam conteúdos noticiosos, difundidos a nível nacional ou internacional, incluindo pela população da província, sobretudo de centros urbanos e vilas sede distritais. Porém, o acesso às redes sociais está condicionado ao acesso à *Internet* e a *smartphones*, largamente concentrados nos centros urbanos ou vilas sede distritais, aumentando, desta forma, assimetrias socio-espaciais de acesso à informação. Não obstante se reconhecer que as populações procuram conteúdos noticiosos mais críticos em

relação às autoridades, as vozes entrevistadas consideram que nas zonas rurais predomina a falta de informação, limitando profundamente o exercício da sua cidadania activa:

- *"Nas cidades, na zona urbana há muita informação. Está preparada. Tem muitos canais internacionais. Tem canais que publicam à vontade. Eles conseguem ver o que acontece. Tem a Lusa, a VOA, que é muito internacional. As pessoas sabem por via desses... a partir do facebook, das redes sociais. Agora, nos distritos, como tal, nada. Nesses sítios é difícil. Se alguém familiar não te liga, você não tem informação. Nestes dias, as pessoas sabem por via da comunicação. Ligar 'aquí aconteceu isto, aqui aconteceu isto". As media locais... esquece"* (entrevista 23);

- *"Se formos a ver, aqui na cidade, se nós não denunciámos, se nós não fazemos... sei que não é por falta de conhecimento. Sabemos muito bem, temos acesso à Internet, temos rádio, temos televisão, temos jornais, temos muitos canais de informação. Mas aquele que está lá, doutro lado, não tem. Então, é esse cidadão do qual eu me refiro ... que não está fácil"* (entrevista 18);

- *"Eles querem mais informações picantes... que aquele administrador está a cobrar. A população não está para aplaudir, para engraxar botas. A população quer informações reais"* (entrevista 23).

A falta de informação da população local tornou-a bastante vulnerável durante o processo de penetração da indústria extractiva. O aumento da conflitualidade foi acompanhado pelo surgimento de um conjunto de OSC, maioritariamente urbanas (oriundas de Maputo¹⁵, ou centradas na capital provincial), que fizeram bem mais pressão pelo acesso à informação. Um conjunto de iniciativas foram promovidas por estas organizações, nomeadamente de formação das populações locais sobre dispositivos legais (nomeadamente a Constituição de Moçambique, a Lei de Terras, a Lei de Minas ou a Lei de Acesso à Informação), o acompanhamento do processo de canalização das receitas da indústria extractiva para o desenvolvimento das comunidades locais, ou mesmo a mediação de conflitos entre as empresas extractivas e as populações locais. Trata-se, sobretudo, de iniciativas de organizações da sociedade civil e não tanto do Governo de Moçambique, que se demonstrou, não só, incapaz, como, inclusivamente, relutante, na divulgação de legislação sobre direitos fundamentais. A atitude do Governo foi geralmente marcada pela desconfiança em relação às OSC, frequentemente designadas de *"agitadoras"* ou *"conotadas"* com grupos da oposição.

- *"o mecanismo de transparência no processo de governação ainda não atingiu os níveis que queria. Por exemplo, mesmo para aqueles em que há sites aí disponíveis, vamos ver [que a] informação de base não está lá. E, se tiver alguma coisa, é uma informação não actualizada. Então, o acesso não é aquele que seria de desejar porque nem sempre precisaria de ir a um departamento do governo para solicitar uma informação. (...) Hoje, temos as tecnologias de informação e comunicação que facilitam. Devia estar disponível e trata-se da gestão do bem público"* (entrevista 17);

- *"[tivemos a formação] em Maputo. Então, tinha saído eu e mais dois colegas. Ficámos 15 dias. Fomos capacitados [sobre] a lei sobre direito à informação. Depois, daí viemos aqui, capacitámos outros membros e começámos a trabalhar naquelas comunidades. Mas, na parte do Governo ou outra instituição, ninguém pensou em, primeiro, capacitar aquela comunidade."*

¹⁵ Destaca-se, a este nível, o Centro Terra Viva, o Sekelekani ou a Justiça Ambiental, pelo trabalho que realizaram no distrito de Palma, mas também, mais recentemente, as acções do MASC, CESC e CDD, na capacitação de organizações da sociedade civil, entre outras entidades.

Por isso, tudo que acontecia, a comunidade não podia dizer nada e nem fazer nada. Era normal. Diziam sempre 'não podemos fazer nada, é o governo. Não podemos fazer nada é o governo'" (entrevista 3);

- "Vais à comunidade, alguém diz 'esta escola está assim porque não tem dinheiro'; ninguém vai aceitar que não haja dinheiro. Mas é porque ninguém tem acesso aos orçamentos, ninguém tem acesso aos planos. Esse processo é muito fechado (entrevista 7);

Os entrevistados salientam o défice de conhecimento das populações afectadas sobre os seus próprios direitos constitucionais ou sobre os canais de participação social e de acesso à justiça. A situação dificulta o desenvolvimento de uma cidadania esclarecida, reproduzindo culturas políticas paroquiais e de súbdito¹⁶, onde predomina o medo em relação às autoridades:

- "São poucos que conhecem os canais. Porque, se eu estou injustiçado, a primeira porta que eu vou bater é esquadra. Está a ver? Qualquer coisa que eu sofro vou à esquadra e da esquadra é que dá o seguimento do processo até lá. Mesmo as denúncias, são esporádicas e depende da pessoa que passou por isso e como passou (...); então, é difícil" (entrevista 18);

"[é uma população] que não tem noção, não tem informação, não tem formação. Não sabe o que é que está acontecer e, mesmo sabendo, nalgum momento 'ah! os donos é que sabe'; então, é esse cidadão que, pelo menos a mim, me preocupa" (entrevista 18);

- "[os jovens garimpeiros de Namanhumbir] Pode ter [canais de participação] mas não conhecer; que seria[m], na minha opinião, mesmo esses espaços, como os conselhos consultivos. Têm alguns comités, tem os comités de gestão, tem outros onde podem negociar. Mas eu sinto que, ou não são suficientes, ou não são conhecidos, ou não acham espaços" (entrevista 7, CCM)

3.2. Limitações materiais e financeiras

Numa realidade de elevados índices de pobreza, as dinâmicas das associações acabam por traduzir a realidade económica da província. A esmagadora maioria das associações não dispõe de fontes de receitas, dependendo, sobretudo, das quotizações dos seus membros, maioritariamente oriundos de tímidas classes médias locais. Assim, as organizações enfrentam diversos problemas de funcionamento, nomeadamente de acesso a uma sede, mobiliário e equipamentos, funcionários administrativos e meios circulantes, assim como falta de fundos para cobrir custos de deslocação e de manutenção de veículos. A extensão territorial, a má qualidade das vias de acesso, a falta de meios de transporte, em suma, a deficiente integração dos mercados, problematiza uma actuação de âmbito provincial, sobretudo quando a sede se localiza na cidade de Pemba, distante da realidade dos membros que pretende representar. Os líderes associativos não têm condições para se deslocar às zonas de maior penetração da indústria extractiva, onde

¹⁶ Gabriel Almond e Sidney Verba (1963) definiram três tipos de culturas ao nível da participação política: *paroquial*, de *súbdito* e *participativa*. A primeira, verifica-se em estruturas de poder marcadas pela fraca presença do Estado no dia-a-dia das populações, politicamente descentralizadas. Não possuindo uma ideia clara sobre os seus direitos de cidadania, os indivíduos tendem a não se envolver nos processos político-administrativos. A cultura de *súbdito* desenrola-se em estruturas políticas autoritárias e fortemente centralizadas. Os sujeitos têm consciência do quadro normativo imposto pelo Estado, mas não se envolvem nos processos de tomada de decisão, nem têm expectativas de participação. Nesta cultura de súbdito, os actores sociais adoptam atitudes passivas e obedientes perante as leis. A cultura *participativa* é característica dos sistemas democráticos, onde os indivíduos são politicamente mais activos e participantes. Os cidadãos reconhecem os seus direitos de cidadania e o dever do Estado de se sujeitar à vontade geral.

se verificam os focos de maior conflitualidade, em prejuízo da assistência e apoio aos respectivos membros, tornando-se particularmente dependentes de apoios de terceiros:

- *“Viatura, não temos já do momento; já quando passou aquele parceiro alemão, pronto, ficamos assim mesmo, ficamos assim”* (entrevista 1);

- *“muitas coisas que acontecem, acontecem nas comunidades. E, como as associações não têm sustentabilidade... Então, um dos problemas é como se deslocarem para as comunidades para ouvir aquelas preocupações, aquelas inquietações e aquelas necessidades, prioridades das comunidades”* (entrevista 3).

Operando a partir das receitas de quotização dos seus membros, os sindicatos da construção civil, madeira e minas (SINTICIM) conheceram uma melhoria das condições financeiras com a instalação da indústria extractiva. Apesar das dificuldades de acesso a informações por parte das empresas do sector, o secretário Provincial do SINTICIM previa a existência, em 2019, de cerca 7.000 trabalhadores nessas áreas, dos quais cerca de 3.000 sindicalizados. Os dirigentes provinciais dispunham de condições financeiras para deslocação aos distritos mais afectados pela indústria extractiva, realizando palestras e acções de formação junto de trabalhadores ou mediando conflitos laborais. Contudo, a COVID19 e o início do conflito armado conduziram à paralisação de diversas actividades, traduzindo-se em inúmeros despedimentos e cortes salariais e consequente diminuição da quotização. De acordo com os interlocutores, de uma quotização de 200 a 220 mil meticais mensais, que asseguravam o aluguer de instalações, pagamento de funcionários e deslocações, no início de 2021 as receitas diminuam para níveis insustentáveis:

- *“ com a quotização que a gente recebia, um pouco suficiente, nós conseguíamos pegar um carro desse rent-a-car para irmos viver, sem precisarmos pedir esmola a ninguém (...) E conseguíamos sair daqui [e] ir trabalhar em Palma. Aí, não tínhamos horas, nem o quê. Só trabalho, trabalho, trabalhar [em] Palma, Mocímboa. Assim, subir para Balama, , Montepuez Ruby; [em] dois dias conseguimos cobrir e fazíamos isso (...) Mas agora o sindicato está [a] decrescer por causa da guerra (...) como está [a] ver essa papelada toda; ela entrou a partir de antes de ontem até ontem. Tudo isso que estou [a] falar de rescisão do contracto (...) todos trabalhadores foram suspensos; a receberem 25% do salário, 70% do salário, automaticamente... veja só provas. Nós, na grafite de Balama, recebíamos 78 mil meticais mensal e, agora, não sei, a partir do ano passado, [estamos] a receber sete mil meticais, sete; nem dá para pagar a renda desta casa. Não chega”* (entrevista 9).

Se a maioria das organizações da sociedade civil da província opera em condições de grande precariedade financeira, não deixam de se constatar fortes assimetrias, nomeadamente entre aquelas concentradas nos centros urbanos e as congéneres dispersas por zonas rurais, e entre organizações de âmbito nacional e sedeadas em Maputo (e que operam em Cabo Delgado), por um lado, e as de base provincial, por outro. Compostas por membros descapitalizados, frequentemente dispersas por locais remotos e de difícil acesso, longe dos principais órgãos de comunicação social, com reduzido acesso e domínio das tecnologias de informação e comunicação (TIC), as organizações sedeadas em zonas rurais apresentam menor visibilidade mediática e, consequentemente, maior dificuldade de acesso a apoios financeiros. Mas nas cidades de Pemba e Montepuez, são identificáveis algumas OSC com capacidade de utilização das TIC e de mediatização das respectivas actividades e, portanto, com maior capacidade de captação de financiamento:

- "Foi fácil e um pouco difícil porque o financiador (...) acompanhou as nossas actividades através das redes sociais; nesse caso, algumas matérias que foram publicadas fora do país; a matéria conseguiu chegar fora do país através de um noticiário France 24 e o financiador viu a matéria; então, quando ele quis implementar alguma actividade cá em Moçambique, ele entrou em contacto directo" (entrevista 22);

A atenção mediática internacional conferida ao conflito armado em Cabo Delgado teve um impacto na geração de recursos para a província, não só, em ajuda humanitária, mas, também, de apoio a OSC direccionadas para a pesquisa, prevenção de extremismo violento, defesa de direitos fundamentais ou ajuda humanitária. Num cenário de competição pelo acesso a fundos e evidências, o relacionamento destas organizações de cariz (inter) nacional com associações locais nem sempre se estrutura de forma colaborativa. Sem grande visibilidade mediática e capacidade organizacional, as associações locais de ajuda-mútua foram frequentemente substituídas por outras de âmbito (inter) nacional, com maior capacidade de atracção de financiamentos, levantando questões sobre o conteúdo local da indústria humanitária¹⁷. Uma vez mais, os jovens locais sentem-se preteridos nos processos de recrutamento e selecção, reforçando sentimentos de desprotecção e de ameaça perante o exterior (Feijó *et al.*, 2022; Sekelekani, 26.10.2018: 8). Como referia a líder de uma associação local.

- "e também há falta dessa comunicação entre ONGs [(inter)nacionais] e associações pequenas. Então, no meu ponto, se uma ONG quer trabalhar numa determinada província, num distrito, cidade, [ela] deveria, primeiro, procurar se [existem] associações pequenas que fazem o mesmo trabalho e [se] eles poderem ajudar aqueles jovens, ou mesmo contratar, ou mesmo pedir o voluntariado dos jovens; em vez de trazer pessoas de fora para fazer uma actividade que nós cá, na cidade, temos pessoal para fazer. Então, isso também deixa os jovens um pouco frustrados vendo ONGs que vêm com voluntariado internacional enquanto na cidade de Pemba temos muitos jovens que estão a fazer o mesmo trabalho" (entrevista 21).

Noutras situações, o processo de chegada e implementação de organizações internacionais foi facilitado pela interacção com organizações locais. Esta interacção teve um impacto positivo no desenvolvimento institucional de colectividades da província, nomeadamente no acesso a instalações, formação de recursos humanos, capacidade de execução de projectos e acesso a recursos financeiros. Funcionando como intermediários entre fundos externos e as OSC locais, organizações, como o Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC) e o Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), criaram diversos programas de desenvolvimento de organizações locais, que melhoraram a sua capacidade de representação dos cidadãos, o impacto e a visibilidade das suas acções, assim como reconhecimento dos governos locais. O alargamento da rede de contactos e criação de *links* com organizações internacionais, forneceu às associações locais uma maior protecção, sobretudo àquelas que focam temáticas mais sensíveis relacionadas com a defesa de direitos fundamentais, particularmente mais incómodas para as forças de defesa e segurança.

¹⁷ O conteúdo local corresponde à proporção dos factores de produção nacionais aplicados na produção de um bem ou na prestação de um serviço. A utilização do conceito vulgarizou-se, em Moçambique, em resultado da penetração de grandes projectos económicos e da expectativa (posteriormente frustrada) de criação de relações com o tecido económico local, não obstante as características do investimento de capital intensivo. A penetração de organizações humanitárias externas e consequente migração de técnicos internacionais ou oriundos da capital, ignorando a existência de recursos locais, acabou por reproduzir as lógicas de penetração dos grandes projectos económicos.

Porém, dispondo de quadros mais experientes na realização de diagnósticos, na identificação de oportunidades de financiamento e na concepção e gestão de projectos, com um leque de contactos mais alargado, com maior capacidade de sistematização de informação, mediatização e advocacia, as organizações de âmbito nacional apresentam-se mais hábeis na atracção de fundos. Desta forma, estabeleceram-se relações desiguais, nomeadamente ao nível da possibilidade de formulação dos problemas, de controlo de recursos e implementação de projectos ou de comunicação com os órgãos governamentais. As organizações de âmbito local revelam-se bastante dependentes de apoios dos seus parceiros, tendendo a agir em função dos interesses e prioridades estabelecidos pelos segundos:

- "[As organizações locais] até fazem pequenas acções, mas são acções que não são [grande coisa] ... saneamento do meio, fazer limpeza no mercado e não sei o quê. São pequenas acções que acabam não conseguindo progredir porque estão à espera daquele financiamento que vem para poder fazer acções que tem relevância. Muitas organizações que estão a nível dos distritos são organizações que têm representatividade em Pemba, têm representatividade em Chiúre, têm representatividade em instituições. São organizações que são vientes. As organizações de base só são utilizadas como um meio para chegar às comunidades. Quer dizer, apoiam, fazem parceria para fazer uma penetração e depois, quando saímos, elas continuam na mesma" (entrevista 21);

- "esse é que o calcanhar de Aquiles; algumas vezes elas fazem aquilo que o financiador quer, nem sempre o que elas acham que também deviam fazer, e muitas vezes sem grande capacidade de negociar espaços para satisfazer o interesse do financiador como interesses da agremiação" (entrevista 17).

Não obstante terem como intenção o fortalecimento de organizações locais, as dinâmicas das OSC reproduzem as desigualdades socio-espaciais existentes em Moçambique. Programas de financiamento de organizações da sociedade civil distinguem aquelas de nível "nacional" (que, na prática, constituem as sedeadas em Maputo, mas com âmbito de actuação em todo o território) e as de nível "local", com limites de apoio bastante desiguais¹⁸. Os programas de apoio às OSC exercem um impacto paradoxal: ao mesmo tempo que advogam a descentralização e a capacitação das colectividades locais, continuam a concentrar grande parte dos recursos na capital, reproduzindo assimetrias inter-institucionais. A diferente capacidade institucional e de acesso a recursos reflecte-se no relacionamento e capacidade de pressão sobre os governos provinciais e distritais. Em vez de se constituírem como parceiros centrais do governo, enquanto representantes dos cidadãos locais, as organizações locais tendem a ser preteridas e remetidas para funções secundárias, a reboque de organizações externas, afectando a sua capacidade de pressão política e de representação dos interesses das populações locais:

¹⁸ A título de exemplo, o Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC: 2021) lançou, em Dezembro de 2021, o programa "Direitos e Democracia", denominado Programa IGUAL, com o objectivo de apoiar organizações da sociedade civil na promoção de acções de defesa de direitos humanos e de democracia. O programa distinguia colectividades de "âmbito nacional" e de "âmbito local", estipulando diferentes limites financeiros em função desse leque de actuação. Enquanto as primeiras beneficiavam de um limite máximo de 300.000 Euros, por um período máximo de 3 anos, o limite das segundas era de 80.000 Euros, por um período de 2 anos.

- "essas organizações sempre vão ao administrador para fazer algum tipo de reclamação, entre outros; mas, por parte dos administradores, também não sei se posso dizer que há um desprezo ou uma ignorância; não sei qual é o termo que eu vou usar. Mas valorizam mais quem traz dinheiro do que o filho local. (...) há muito choque com organizações locais, do que com uma organização viente, que está [a] trazer dinheiro. Então, eu presenciei um cenário num distrito 'ah! vocês só sabem reclamar; então, vão lá atrás de fundos para poderem implementar estas coisas que vocês estão aqui a reclamar'. É a administradora a falar para uma organização de base nesses termos (...) é capaz de eles marcarem uma audiência com administrador e o administrador ficar 5-6 horas para atender, porque está [a] atender organização americana, porque está [a] atender organização... porque está [a] trazer ajuda humanitária. E, então, em termos de prioridade, eles acabam perdendo aquele sentimento de pertença de nós somos daqui, estamos a tratar assuntos aqui, por causa dessa fragilidade. Eu creio que é fragilidade e essa fragilidade torna-os também vulneráveis e marginalizados" (entrevista 21).

3.3. Os obstáculos burocráticos

Um terceiro tipo de obstáculo enfrentado pelas organizações da sociedade civil prende-se com os trâmites burocráticos. O processo de formalização das organizações implica a preparação e submissão de documentação que grande parte da população não tem actualizada, em virtude das distâncias e custos financeiros envolvidos. Por outro lado, a redacção de estatutos formais exige, frequentemente, um apoio jurídico difícil de obter. Acresce a morosidade da tramitação de documentos e os elevados custos de registo de uma associação, levando muitas organizações a permanecerem informais durante décadas, sem publicação no Boletim da República, incluindo aquelas com maior visibilidade local, dificuldades de abertura de contas e acesso a informações:

- "Até muitas associações só foram criadas mas ainda falta a sua legalização definitiva; mas graças algumas já estão. As outras já estão em fase mais avançada. É o caso da nossa associação já está numa fase mais avançada; o que ainda nos falta é a publicação no BR (...) o que nos dificulta sempre são recursos financeiros porque tudo é na base de financiamento que se pode legalizar ou publicar uma associação" (entrevista 2);

- "É difícil. É difícil, porque só para publicarmos no Boletim, só para uma associação estar legal, pode custar uns 50 mil ou 60 mil. Só para publicação no Boletim da República está uns 38 mil meticais. Então, se nós somos uma associação sem fins lucrativos, claro que nós não vamos conseguir legalizar essas associações. Por isso, nós temos maior número de associações não legalizadas em Cabo Delgado mas que fazem trabalhos" (entrevista 22).

3.4. Problemas de funcionamento interno: patrimonialismo e participação dos mais jovens

Um dos problemas da gestão associativa prende-se com a própria organização interna das organizações, particularmente com o tipo de liderança. Os relatos dão conta de uma reduzida rotação de lideranças, particularmente entre organizações de camponeses, em que os líderes fundadores acabam por se confundir com a própria associação, gerando-se conflitos com os restantes membros em torno de problemas de sucessão. Formam-se lideranças do estilo *one man show*, em que o líder é entendido como o "dono" ou "pai" da organização, concentrando em si todas as responsabilidades. Por vezes, o líder transporta para a colectividade o poder político ou económico de que dispõe na região, prejudicando a participação democrática e rotação do poder.

- *"as organizações de base, como é que elas funcionam? A Francisca [nome fictício] é coordenadora, é a financeira, é administrativa. Eu sou a organização. Então, elas dependem muito, muito do pai; então, se o pai não está, elas não têm como operar. Mas existem"* (entrevista 21);

- *"(...) nós temos associações que, desde que foi fundada, o Presidente é o mesmo. E isto também tem sido um grande desafio porque a maior parte das associações em que o presidente é o mesmo, basta o presidente não ser dinâmico, a associação também pode não ter mesmo dinamismo (...) Existe um número significativo de associações com liderança vitalícia"* (entrevista 10).

Estas lideranças tendem a ser acompanhadas por práticas de gestão neo-patrimonial¹⁹. Frequentemente, os recursos da associação são confundidos pelo líder como sendo os seus próprios recursos. Da mesma forma que várias lideranças utilizam as suas próprias instalações para o funcionamento da associação, também fazem depois uso privado dos equipamentos colectivos. De acordo com os relatos, são inúmeros os episódios de manipulação de relatórios e de desvio de recursos, em cenários pouco transparentes e, inevitavelmente, conflituais:

- *"Primeiro, foi a questão de desvio de recursos da própria união distrital (...) principalmente o presidente quis-se apoderar das motorizadas e da motobomba; [mas] esses não são bens individuais; são bens da união distrital (...); [depois] temos tido situações, como posso dizer, falando francamente de relatórios triunfalistas, vamos dizer assim, né? Relatórios que não vão de acordo [com] a realidade"* (entrevista 10);

- *"Surge o conflito quando os benefícios já começam aparecer 'ah! porque eu é que fui o fundador; ah! porque você veio agora'. Isso normalmente tem acontecido mas todas as discussões têm desaguado na união provincial"* (entrevista 10);

- *"eles recebem as coisas e não chega ao destinatário. É exactamente isso que está ocorrer aqui. Os parceiros trazem os produtos, entregam aos secretários do bairro e eles não canalizam. Primeiro, levam eles, fazem os afazeres deles e, depois, é que dão uma parte às pessoas. E nem dão às pessoas que têm direito de ter aqueles produtos"* (entrevista 13).

Um outro problema que atravessa as organizações prende-se com a falta de representatividade da juventude e existência de conflitos geracionais latentes. Os mais jovens, que compõem a maioria da população da província enfrentam, nas associações e nos espaços de decisão, obstáculos de participação e acesso a cargos de liderança. Paradoxalmente, apesar de constituir uma importante fatia da população activa, contribuindo economicamente para o produto interno da província, esta faixa da população tende a encontrar uma esfera pública monopolizada por gerações mais velhas e estabelecidas, perdendo espaço de negociação. Desenvolvem-se atitudes mais passivas e descrentes quanto à sua possibilidade de intervenção na esfera político-social:

¹⁹ Cunhado por Max Weber (1983: 110-135), o conceito de patrimonialismo procura designar fenómenos em que os recursos organizacionais e os cargos administrativos (e, por conseguinte, as oportunidades de lucro criadas pela ocupação de tais postos) são transformados em património privado, sob a égide de grupos dominantes.

- "os jovens são excluídos. Não são dados aquela atenção de poderem contribuir para o processo de desenvolvimento político ou sociocultural da cidade porque são excluídos. Só os mais velhos é que valem para as ideias. Os jovens, as ideias deles, tu podes dizer que 'olha, eu tenho essa ideia' (...), ninguém vai querer te ouvir, ninguém vai querer te ouvir. E muitos acabam se sentindo excluídos ou forçados a se excluírem através desses tratamentos e comportamentos" (entrevista 12);

- "automaticamente há uma exclusão de participação de jovens. Então, os jovens não participam nesses espaços porque não são convidados para poderem pertencer. Os espaços pertencem apenas aos mais velhos e os jovens resignam-se. Os donos hão-de saber como resolver. Como podes ver quando fores às comunidades, nos mercados são os jovens... não encontra nenhum velho, são jovens. Mas se há reunião, quem vai à reunião para discutir algum assunto da comunidade são os velhos. Automaticamente há uma contradição. Os jovens não alimentam aos velhos e os velhos não alimentam aos jovens. Logo, não há diálogo, não há troca de conhecimento, de opiniões, etc." (entrevista 14);

- "temos um projecto ligado à cidadania [e]_percebemos que muitos jovens, aquele factor que estava ser colocado aqui sobre a exclusão, durante muito tempo foram excluídos. E tu, quando vais ao campo, sentas com eles, [e] tu sentes que eles não se abrem, não falam aquilo que são os problemas que têm na íntegra, porque nunca foram dados espaço" (entrevista 14);

4. CANAIS E OBSTÁCULOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Os espaços de participação política são bastante heterogéneos, variando de canais mais formais (fóruns periódicos com o Governo, pedidos de audiência para apresentação de determinados assuntos, envio de cartas e petições públicas, conferências públicas para discussão de problemas específicos ou organização de marchas pela via pública), mas também espaços menos solenes, como as redes sociais, os jogos de futebol ou os mercados informais.

4.1. Os canais formais de participação

4.1.1. Conselhos locais e reuniões colectivas

O processo de governação prevê a existência de um conjunto de mecanismos de participação dos cidadãos e de auscultação de organizações locais no âmbito da implementação de programas socio-económicos, em prol do desenvolvimento local. Neste âmbito, os artigos 110º a 114º do Decreto nº 11/2005 de 10 de Junho (Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado) definem várias formas de organização comunitária ao nível do distrito, do posto administrativo, da localidade ou do povoado, entre as quais: i) o Conselho Local ("*órgão de consulta das autoridades da administração local (...) no qual participam também as autoridades comunitárias*"); ii) o Fórum Local ("*instituição da sociedade civil que tem como objectivo organizar os representantes das comunidades e dos grupos de interesse locais para permitir que eles definam as suas prioridades*"); iii) os Comités comunitários ("*formas de organização das populações para permitir que as comunidades se mobilizem na identificação e procura de soluções dos seus problemas, podendo encaminhar outras preocupações às estruturas pertinentes do sector público*"); e iv) os Fundos Comunitários, vocacionados para interesses próprios das respectivas comunidades, devidamente comunicada ao chefe de posto.

O artigo 117º estipula que a participação e consulta comunitária é feita através dos Conselhos Locais (ao nível do distrito; posto administrativo; localidade; e povoação), ficando o Administrador "responsável pela institucionalização dos conselhos locais dos níveis distritais e inferiores" (artigo 117º). O artigo 118º define que integram os conselhos locais, "*as autoridades comunitárias, os representantes de grupos de interesse de natureza económica, social e cultural escolhidos pelos conselhos locais*", sendo que o reconhecimento das autoridades comunitárias é feito pelo competente representante do Estado (artigo 115º).

O funcionamento dos Conselhos locais está também regulamentado ao nível da sua periodicidade (pelo menos duas vezes por ano, conforme artigo 120º) e respectivas funções (art.º 122º).

As vozes entrevistadas destacam a existência de outros fóruns locais que prevêm o envolvimento e participação das populações. Destaca-se a existência de plataformas da sociedade civil – nomeadamente o Fórum das Organizações de Cabo Delgado (FOCAD) e outras de nível distrital – Comitês de Desenvolvimento Comunitário (onde se discutem, entre outros aspectos, os relatórios dos Planos Económicos e Sociais de Desenvolvimento), Conselhos de Gestão de Recursos Naturais e diversas consultas comunitárias. Frequentemente em rede, estas organizações procuraram monitorar a acção governativa, discutir e apresentar publicamente problemas resultantes da mineração artesanal, conflitos de terras, reassentamentos populacionais, ou comércio informal, procurando assumir-se como órgãos de aconselhamento e de pressão do Governo, apresentando propostas de resolução, ou intermediando a relação entre o Estado e as populações locais:

- "*Eu pessoalmente participei na criação e no fortalecimento dos CDC [comitês de desenvolvimento comunitários] e criação e fortalecimento de plataformas da sociedade civil, plataformas distritais da sociedade civil. Tive também a honra de fazer parte do grupo temático de governação do FOCAD. Eu sinto que temos hoje criado estruturas de participação ou espaços de participação política, de participação cívica em qualquer lugar*" (entrevista 7);

- "*a nível do distrito existe plataforma da sociedade civil que está em coordenação com as organizações, plataformas que estão aqui na província. E fazíamos um trabalho conjunto, onde nós saíamos, íamos ter com o governo para perceber quem está lá, como está e não só. Todo trabalho era com conhecimento do governo. (...) Íamos buscar o que está acontecer lá na comunidade e trazíamos na mesa (...) Se é garimpo é garimpo, se é conflito de terra é conflito de terra, se é (...) um conflito que é interno entre comunidades... Sentávamos com o Governo, colocámos aquelas que são as preocupações e, em conjunto, debatíamos. E, em algum momento, encontrávamos algumas soluções, porque ali ficavam propostas e soluções. (...) Nós, como organizações da sociedade civil, simplesmente complementamos ao governo porque, ele, sozinho não é possível chegar abranger tudo*" (entrevista 18).

4.1.2. Pedidos de audiência e reuniões privadas

Em segundo lugar, alguns entrevistados referiram os pedidos de audiência junto de organizações estatais, realizados geralmente pelos actores sociais com maior capital político e proximidade em relação aos centros de decisão:

- *"fui eu que lhe contactei; inclusive pedi o contacto ao ministro dos recursos minerais e energia de que 'olha, eu tenho uma proposta que eu gostava de falar com alguém bem posicionado na Total' e o ministro disse: olha, vou-lhe pôr a falar com o presidente; eu mando-lhe o contacto"* (entrevista 19).

- *"houve um momento, porque até nós também marcávamos audiência para colocar certas questões que afligem a sociedade, a comunidade, para uma certa resolução, obrigando o governo para ver se podia resolver certas questões. Sempre aproximávamos. Então, houve um momento também que o próprio governo já tinha adoptado connosco; também nos solicitava em outras reuniões"* (entrevista 5);

4.1.3. Envio de cartas e petições

Em terceiro lugar, constata-se o envio de petições, como legalmente previsto no Artigo 79 da Constituição (Direito de petição, queixa e reclamação). Trata-se de um recurso utilizado por organizações mais independentes ou em oposição ao Governo, geralmente após esgotados outros mecanismos de negociação, por vezes procurando mediatizar o processo de protesto e de pressão social:

- *"Depois 2018 o dinheiro, quando saiu, não se fez aquilo que tínhamos decidido. Então, quando as comunidades fizeram um documento para o governador sobre esse valor. Então, quando saímos em 2019, fomos para Namanhumbir para reunir com algumas pessoas e lá estava cheio de líderes com a administradora que foi transferida para aqui"* (entrevista 3);

- *"Então, eu tinha que escrever para o administrador para ver a questão de que isto não devia acontecer, se isto acontecer é para todos nós"* (entrevista 5).

4.1.4. Conferências públicas e espaços de reflexão

De cariz menos frequente, fortemente elitista, mas com capacidade de mediatização e até de pressão do Governo central e comunidade internacional, ao longo dos últimos anos foram realizadas diversas conferências públicas, sobretudo nas instalações da Universidade Católica de Moçambique. Reunindo líderes religiosos, investigadores e dirigentes de organizações da sociedade civil, contando com a presença do Governo, em diversas conferências foram discutidos assuntos polémicos relacionados com a penetração da indústria extractiva, violência contra mineradores artesanais, reassentamentos populacionais, causas e manifestações da violência, necessidades humanitárias e papel do Governo. Quase sempre com cobertura jornalística, dos diversos encontros resultaram algumas propostas concretas de reformas. Outras organizações (como a Helvetas) organizaram espaços de reflexão informais onde se discutiam temas escolhidos pelos respectivos participantes, com menos capacidade de mediatização, mas atraindo diversos jovens de Pemba:

- *"e, naquele mesmo ano, tivemos que fazer também um outro seminário inter-religioso no campus da universidade católica, na sala magna, onde também participaram dezenas de lideranças religiosas e confissões religiosas em vários níveis, em vários escalões a nível para província"* (entrevista 12);

- *"ali, na universidade católica, era muito boa... depois tinha o terraço aberto (...) era um espaço onde tu expunhas o teu problema ou, antes de ter terraço aberto, tu dizias 'olha, eu gostaria que neste próximo terraço que vai haver vamos falar deste tema'. Então, espalhava-se (...) os terraços abertos eram vistos como os tais que 'epá, é a polémica' né?"* (entrevista 20).

4.1.5. As marchas públicas

Uma outra forma de participação verificada foram as marchas públicas, legalmente reconhecidas no artigo 51 da Constituição da República de Moçambique (Direito à liberdade de reunião e de manifestação). A partir dos relatos dos entrevistados foram realizadas algumas marchas na província, organizadas por diferentes organizações e com distintos objectivos. Por um lado, realizaram-se marchas de comemoração do Dia Internacional da Luta dos Camponeses (17 de Abril), envolvendo dezenas de produtores agrícolas em vários distritos da província, como em Palma (2016), Ancuabe (2017), Metuge (2018), Pemba (2019) e Namuno (2022). Durante esses eventos, os camponeses veicularam um conjunto de mensagens corporativas, chamando a atenção para o direito à terra, ou para a necessidade de políticas públicas de apoio à actividade agrícola. Este tipo de marcha foi interrompido aquando da proclamação do Estado de Emergência e das respectivas medidas de prevenção da COVID19.

Em segundo lugar, destacam-se as marchas de celebração do primeiro de Maio, organizadas em parceria e sob vigilância atenta do Governo Provincial, onde não deixam de se apresentar alguns dísticos de defesa dos direitos dos trabalhadores.

Em terceiro lugar, foram constatadas algumas iniciativas de condenação do conflito militar, quase sempre protagonizadas por organizações próximas do partido no poder. Tentativas semelhantes, desencadeadas por organizações de jovens politicamente mais independentes, esbarraram com demorados processos de obtenção de autorização ou com a intimidação policial. Esse tipo de marcha só foi possível sob a coordenação de organizações religiosas, em celebração do Dia Internacional da Paz, no dia 1 de Janeiro de 2019.

Em quarto lugar, foram realizadas algumas marchas de protesto contra situações específicas, por exemplo relacionadas com o reassentamento de camponeses, em virtude da instalação da base logística de Pemba, que tiveram como resultado uma forte repressão policial:

- *"Antes das pandemias, tínhamos as nossas comemorações onde fazíamos marchas mas, por causa da pandemia, já não podemos fazer mais marchas"* (entrevista 10).

- *"Muitas vezes esses casos temos reclamado todos anos no primeiro de Maio. É apresentado isto e tudo aquilo que a gente acha necessário apresentar perante o governante. No caso do governador, temos marcado audiência quase duas semanas antes, para aquilo que às vezes apresentamos na praça. Antes disto, apresentamos lá e mesmo com o nosso parceiro que é o Ministério de tutela em particular"* (entrevista 9).

- *"Sim, fizeram manifestações em repúdio da guerra. Aí se apresentava bandeirolas da Frelimo e não sei o quê. Então, a população, com medo e não sei o quê, tinha que aderir mesmo não sendo da Frelimo"* (entrevista 5).

- *"Tivemos que convocar cerca de uma centena de lideranças e chefes das mesquitas, igreja e tiveram que vir, participaram na marcha no dia (...) Mas, quando são os jovens a pedirem ou para poderem fazer uma marcha, é muito difícil. Quando são os jovens a poderem fazer uma petição, uma assinatura, um abaixo-assinado, nunca há-de ir à frente. É muito difícil"* (entrevista 12).

- *"A marcha que a gente quis fazer foi mesmo barrada com polícias, militar, cães e tudo. E, depois, quando os padres quiseram fazer uma marcha a orar, disseram 'olha, vocês vão aproveitar os padres, mas silêncio mesmo nem para barulho'"* (entrevista 20).

Tal como no resto do país, o governo permanece bastante relutante na autorização da realização de marchas, sobretudo quando organizadas por instituições mais independentes do poder governamental, fora do respectivo controlo ou confiança política. Perante marchas de protesto que possam beliscar a imagem das autoridades, a resposta governamental tende a ser 'musculada', colocando no terreno a polícia anti-motim, invariavelmente agindo de forma repressiva:

- *"e, mesmo agora, temos esse caso da base logística de Pemba. Já houve uma grande violência uma vez dessas. Os jovens manifestaram, até acabaram lançando gás lacrimogénio para mim, aquele gás de pimenta"* (entrevista 11);

- *"nós tivemos que fazer uma marcha pacífica e não-violência. Nós bloqueámos acesso à entrada à zona de Nacole que dava acesso da nova base logística. Bloqueámos com uma onda humana, prontos. E a polícia, quando veio, começou a atirar gás lacrimogénio. Mas não há nenhum dos jovens, eu posso testemunhar, ou velhotes, que levantou ou levou pau para poder atirar contra a polícia. Mas a polícia partiu para cima dos cidadãos violentando"* (entrevista 12).

4.1.6. Problemas de interacção

A utilização destes espaços formais de participação por parte dos entrevistados foi acompanhada por um conjunto de obstáculos de interacção, que podem ser resumidos da seguinte forma: i) politização dos espaços de participação; ii) autoritarismo e arrogância governamental; e, iii) fragilidade das estruturas governamentais para encaminhar e resolver os problemas apresentados.

a) Politização dos espaços de participação

Em primeiro lugar, os relatos descrevem uma província *"politicamente monopolizada pelo partido no poder"* (entrevista 20), com capacidade de manipulação dos espaços de participação. As vozes lamentam a sobre-representação das estruturas governamentais e de organizações democráticas de massas nos conselhos consultivos (com expectativas políticas e tendencialmente alinhados com o governo), retirando às populações capacidade de negociação. Por sua vez, os líderes comunitários que compõem estes fóruns encontram-se numa encruzilhada de pressões que diminui o seu nível de independência. Por um lado, o facto de serem nomeados pelo governo (ao invés de eleitos pela população) torna-os facilmente manipuláveis pelas estruturas governamentais, com quem tendem a estabelecer relações clientelistas. Por outro lado, a sua situação económica precária torna-os facilmente aliciáveis por empresas multinacionais, com capacidade de oferta de recursos diversos, como indemnizações, empregos, salários e bens materiais:

- "aqui vamos apresentar a comissão que vai fazer gestão de 2.75[%]. O presidente é administrador sempre, o resto dos membros [são o] director da saúde, da educação. Todos directores dali e um membro e uma senhora da comunidade e eu. Depois eu questionei. Todos são chefes daqui e esses dois membros também são chefes, líderes que fazem parte do governo lá na aldeia. Não há nenhum membro, nenhum cidadão simples que está nessa comissão. E, realmente..." (entrevista 3);

- "mas eu continuo a dizer, por exemplo, começamos na povoação para formarmos o conselho consultivo. Sai um grupo vai aqui na localidade, sai um grupo forma-se aqui no posto administrativo e um grupo até no distrito. E, nós, vamos ver quem vai presidir o conselho consultivo; é o próprio administrador (...) Então, aqui os fazedores ou os transportadores dessa informação começam a perder-se ao longo do caminho. Então, quando vamos lá, só vamos encontrar a máquina governativa. Podemos encontrar o chefe do posto, chefe da localidade e aqueles também (há grupos aqui OMM e não sei quê por aí) é que vão compor aqui o conselho consultivo do distrito. E esse conselho do distrito é presidido pelo administrador" (entrevista 6);

- "As pessoas que participam nesses espaços sociais são pessoas que estão atreladas ao governo do dia (...) Significa que esses espaços de participação, na minha opinião, perderam a sua essência que era descrever, indicar e discutir as questões mais claviculares dessa sociedade (...) o processo de selecção é elitista. Só participas nesses espaços se tens alguma ligação directa, seja, com o governo do dia ou, seja, com as estruturas bases do governo do dia, como chefe de 10 casas, chefe do quarteirão e tudo isso" (entrevista 8).

- "O que acontece é que as entidades públicas nem sempre respeitam os preceitos legais e, algumas vezes, procuram semear divisões entre as lideranças comunitárias com base em aliciamentos. E o elemento corrupção também funciona muito porque os investidores corrompem algumas entidades públicas e devem orientar o processo e vão aliciando. Mas eles também são pessoas que têm necessidades e, muitas vezes, mesmo naqueles casos que se diz 'houve consulta comunitária, houve entendimento' são práticas em que envolveram determinados líderes que receberam algum valor monetário, acabaram assinando os papéis sem anuência de todos e acaba havendo confrontações entre as lideranças (entrevista 17).

Os processos de consulta de âmbito provincial não escapam à mesma representação dominante. A realização de Observatórios do Desenvolvimento²⁰ ou de Conselhos Provinciais e Distritais da Juventude, por exemplo, foram considerados fóruns demasiado centralizados e pouco participativos, orientados essencialmente para dar a conhecer os planos ou realizações do Governo. De cariz *top down*, estes encontros não permitem o envolvimento activo das populações na definição dos respectivos problemas e planificação de acções de intervenção, nem uma avaliação das respectivas transformações:

²⁰ Presidido pelo Governador da Província, o Observatório do Desenvolvimento reúne uma vez por ano, onde participam membros do Governo, representantes de partidos políticos e organizações da sociedade civil, onde geralmente se discutem Plano Económico Social ou o Plano e Orçamento dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial. Em Dezembro de 2021, no Observatório do Desenvolvimento também foi debatido o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (Macomia, 06.12.2021).

"A nível da cidade de Pemba, de princípio, tem havido observatório de desenvolvimento da província. Mas o modelo de observatório de desenvolvimento não é modelo adequado, porque o observatório de desenvolvimento, da maneira como é feito, é para eu ir sentar para ouvir o que é que foi feito. (...) e, no fim, vai dizer 'fiz isto, fiz isto'. Mas quem fez isto aonde? E como foi feito, você não sabe. Então, essa nossa participação... não há um envolvimento na planificação, na realização, e na análise das coisas" (entrevista 14);

- "há uma organização, conselho nacional da juventude, que é interlocutor entre as associações com o Governo. Eles têm sido convidados nas sessões dos governos provinciais, distritais e apresentam lá o seu problema. Mas eu sinto que como tal não é suficiente. Isto porque, normalmente, os governos distritais têm os seus planos económicos sociais e na elaboração disto não são inclusos a participação da juventude. São técnicos de planificação, são chefes dos gabinetes, fazem um plano. Então, diz isto, a juventude normalmente é surpreso com os planos de que é isso que vai se fazer, mas, na realidade..." (entrevista 4).

Desconfiando das organizações independentes, o Governo tende a utilizar um conjunto de estratégias de controlo, que podem passar pela cooptação das lideranças e pela introdução de elementos favoráveis ao governo nas respectivas instituições, mas também pelo aliciamento e atribuição de benefícios, alargando a sua influência:

- "Em Pemba cidade consegues perceber que há membros que estão em comitativas e há comités. Mas, a maior parte 70%, 60% dos comités, dos grupos, dos núcleos é partido. Tudo é partido. E tem sempre um espião, e tem sempre um a vazar informação" (entrevista 20).

Esta tentativa de controlo das organizações é facilitada quando estas se estruturam em confederações, geridas de forma centralizada, como, por exemplo, no caso da CTA, da OTM ou da CONSILMO. Num cenário em que o Estado se apresenta como regulador (licenciador e fiscalizador das actividades), mas também como um importante cliente, cria-se um terreno propício para a constituição de relações clientelistas com o poder Governamental. É neste cenário que se compreendem atitudes de deferência e de subordinação por parte dos maiores empresários para com o Governo²¹. A existência de uma estrutura centralizada que representa todos os empresários da província facilita ao Governo o processo negocial (que só precisa convencer um único interlocutor), ao mesmo tempo que dificulta a expressão dos interesses de todos os empresários da província, em sectores tão díspares como a agricultura, a pesca, o comércio, o turismo, os transportes, entre outros. Num hábil jogo político, o Estado não está tão preocupado em criar um sistema alargado e participativo, mas de controlar as lideranças com maior influência e, dessa forma, os principais grupos de pressão:

- "o governo vão sempre dizer que fazem consultas, mas essas consultas são normalmente mais para cumprir o protocolo, do que genuinamente para ouvir o que as pessoas têm a dizer e incorporar. A própria CTA a nível central, quando solicitada pelo governo... depois o governo também lava as mãos várias vezes usando esta coisa de modelo 'epá, falem com o CTA'" (entrevista 19);

²¹ Em várias unidades económicas (no sector do comércio, do turismo, entre outros), sobretudo naquelas com melhores relações com o Estado, pode ser visualizável uma fotografia do chefe de Estado. Como referia um líder empresarial, *"aqui, faz-se um baile de finalistas numa escola [e] tem que ter alguém em representação do governo ... quer dizer, uma reunião de empresários tem que estar alguém do governo para fazer abertura. Nós ainda não conseguimos nos libertar deles" (entrevista 19).*

- *"temos um conjunto de pessoas que cresceu à custa de ligações políticas. A forma de negócio no nosso país tem sido um bocado esse, em que o empresário se relaciona melhor com o poder político e, através disso, consegue tirar as vantagens (...) quando a economia de mercado amadurecer, verdadeiramente, quando tivermos mais alternância no poder, porque isso também influencia para que os empresários fiquem a perceber que não vale a pena ficarmos ligados a um político ou a uma força partidária 'epá este gajo está aqui três anos e daqui a três anos vem outro'" (entrevista 19).*

Nestas circunstâncias, as vozes afirmam o descrédito em relação à utilidade e eficácia dos espaços de negociação. O facto de muitos problemas apresentados permanecerem sem solução e perante a ausência de informação descendente, alimenta a ideia que as consultas das populações constituem simples encenações, para demonstrar o cumprimento de requisitos legais. Não existindo interesse, capacidade e autonomia política para tomar decisões sensíveis, perante as dificuldades financeiras e de funcionamento da administração pública, os espaços de comunicação emergem com um carácter sobretudo paliativo, mais com o objectivo de adormecer a contestação, do que promover reformas profundas:

- *"Sim, esses canais surgem (...) porque, quando a gente faz pressão, a resposta é mitigar a pressão, não é mitigar o problema" (entrevista 19);*

- *"E há uma dificuldade que [é] o retorno da informação. Se nós, por exemplo, temos o problema de água, discutimos aqui na localidade, discutimos no posto administrativo e o posto administrativo leva aqui para o conselho consultivo a nível do distrito, as decisões aqui sempre nunca descem para essas comunidades que 'olha lá, as vossas preocupações nós levávamos, sim; as que foram aprovadas são essas'" (entrevista 6);*

- *"eles até tentam parecer que estão a coordenar ou estão a perceber e vão levar a recomendação, mas nunca vão dar a resposta. A resposta nunca desce e tem sempre uma resposta muito política" (entrevista 20);*

- *"Às vezes somos recebidos, ouvidos e. prontos. colocam por baixo aquilo que são as nossas preocupações, colocam nas gavetas e assunto encerrado. Então, isso nos preocupa tanto também (...) o governo diz que a base da economia de Moçambique é agricultura, entre aspas. Isso é politicamente. Mas se formos a ver na íntegra, o governo não valoriza o camponês. Não valoriza. E temos muitas situações" (entrevista 10).*

A politização da esfera pública verifica-se, igualmente, no campo da comunicação social. Geridas directamente por estruturas governamentais, as rádios do Instituto de Comunicação Social tendem a tornar-se órgãos oficiosos do Governo, noticiando as realizações da administração do distrito ou difundindo um conjunto de mensagens de prevenção primária de saúde e saneamento do meio, evitando aspectos críticos de governação. De acordo com os interlocutores, temáticas, como a qualidade dos serviços públicos, a corrupção dos agentes do Estado, o desemprego dos jovens ou os factores que desencadearam o conflito armado, constituem temas tabu. Apesar de não existirem instruções escritas sobre o que não deve ser noticiado, ao longo do processo de socialização com as estruturas governamentais, os jornalistas compreendem a política editorial e as consequências de desvios. Após os primeiros ataques em Mocimboa da Praia, não obstante a angústia colectiva resultante da insegurança, a Rádio Comunitária manteve-se silenciosa na cobertura dos ataques. Na ausência de informação jornalística, as notícias circularam de forma informal, frequentemente através de rumores, traduzindo a inevitável ansiedade colectiva:

- "Quando havia alguma notícia incómoda em relação ao poder político (...) Sujidade no hospital ou mau atendimento dos hospitais, extorsão de polícias no controlo... você não podia ir lá falar porque as pessoas inibiam. Você não podia reportar isso. (...) Cada jornalista fazia a auto-censura porque estava consciencializado que essa informação que atenta ao Estado não passa (...) A rádio podia tomar conhecimento de um cidadão que denuncia uma corrupção. Mas a rádio não passava essa informação, pois era uma coisa que envolvia o Director Distrital da Educação e até o Administrador" (entrevista 23);

- "A rádio não noticiou o ataque [de 5 de Outubro de 2017 em Mocimboa da Praia]. Porque não sabiam o que era. Ninguém foi atrás da informação. Voltou-se à normalidade e ponto final. Até hoje. Depois de 2017, já não estava lá, mas duvido tanto que haja notícias. Porque era muito controlado pelo Governo. As pessoas locais informavam-se por via familiares, via telefónica chamada entre eles, se comunicavam (entrevista 23);

- "os órgãos públicos fazem muito auto-censura; também porque, quando olhamos para as linhas editoriais, nem sempre corresponde aquilo que é a prática, e depende muito também da formação e capacidade interventiva do próprio jornalista. Se o jornalista tiver uma formação adequada e compreender a sua integração na sociedade sem ferir a linha editorial pode fazer muito mais do que fazem agora" (entrevista 17);

b) Autoritarismo e intolerância governamental

Em segundo lugar, as dificuldades prendem-se com o que foi designado de autoritarismo. Se o Estado tende a encarar, com relativa normalidade, as organizações de produtores, desportivas ou recreativas, não mostrando grandes resistências em relação à respectiva criação, as organizações direccionadas para questões mais políticas enfrentam maiores obstáculos, sobretudo quando direccionadas para a defesa de direitos fundamentais das populações. As vozes dão conta de uma grande intolerância em relação a visões críticas do sistema de relações sociais ou em colisão com o *status quo*. Em vez de apresentar as OSC como parceiros privilegiados na relação com a comunidade, o governo tende a apresentar os seus membros como um incómodo e fonte de perturbação da ordem social. Organizações da sociedade civil mais independentes do poder governamental tendem a ser conotadas com a oposição, e alvo de intimidação, problematizando a sua interacção com as estruturas do Estado:

- "ao nível das instituições públicas, nem sempre este sentido de participação da sociedade civil é assumido na sua dimensão real e acham que a sociedade civil é perturbadora, é oposição. Há medo de ouvir ideias diferentes das suas. Mas isso é um processo de educação que tem que ser feito de parte a parte e não esperarmos que as pessoas que assumem cargos venham, entrem ali já perfeitas e compreendem toda dinâmica envolvente de uma sociedade" (entrevista 17);

- "em Palma, quando é a questão de reassentamento [e] na indemnização justa, houve muitas polémicas porque sempre nós se organizávamos para participar nesses fóruns de consulta. Então e prontos, a sociedade civil era vista como um obstáculo. Até fomos dados nomes que eramos opositores, estávamos contra o governo no desenvolvimento. Mas nós estávamos a defender que houvesse uma indemnização justa, um reassentamento adequado para aquelas populações. Significa, eles quando vê um alvo que tem uma visão holística, uma visão diferente daquilo que eles estão a pensar, então, para eles, serve como um chato" (entrevista 6);

- "O primeiro problema é sobre aceitação das associações na parte do próprio governo. No início, quando cria-se uma associação, a associação era mal vista. O próprio governo pensava que é um grupo está se formar para algo contra o governo. Não viam que um grupo que está se formar para questões da comunidade, dos cidadãos, associações. (...); eu própria, que estou a falar, já fui chamada no partido e fui perguntada, quando criamos essa plataforma; [fui] chamada para responder o que é que estava se passar, qual era minha intenção de juntar organizações da sociedade civil e formar uma plataforma distrital. Além disso, perguntaram-me 'ouvimos que faz encontros, vai nas comunidades, faz encontro com as comunidades; o que é que senhora diz, e qual é a sua intenção?'" (entrevista 3).

Os relatos destes líderes associativos dão conta de dificuldades de comunicação com o Governo, representado como uma entidade autista, centralizadora e pouco confortável com o diálogo social. O governo é representado como uma entidade lacónica e ineficiente na comunicação com o grande público, estabelecendo temas tabu para a sociedade, sobretudo quando se trata de assuntos politicamente sensíveis, relacionados com a violação dos direitos fundamentais e exclusão social, com conflitos de terras (sobretudo quando envolve interesses de *big men*²² nacionais), com a transparência na gestão de recursos naturais, particularmente em torno da indústria extractiva. Os próprios líderes religiosos, quando tomam posições públicas sobre temáticas de direitos humanos, transparência ou governação, tendem a ser reprovados pelo Governo e remetidos para funções meramente espirituais, negando o respectivo exercício da cidadania. Os seguintes relatos são ilustrativos:

- "Era muito estranho para outras organizações, inclusive para o governo, nos ouvir falar, por exemplo, de direitos. Exigir direitos, falar em políticas públicas, falar em melhores serviços públicos, falar sobre direitos humanos. Tanto é que já ouvimos muitas vezes frases como vocês são Igreja, vocês precisam tratar ou fiquem focados em assuntos religiosos (...) Muitas vezes" (entrevista 7);

- "difícilmente vamos ver espaços onde muito à vontade podes falar, por exemplo, da questão da transparência, a questão da corrupção, a questão das injustiças que acontecem nos espaços ou nas áreas mineiras, a questão dos impostos que não se sentem os benefícios por parte das comunidades, as questões da exclusão. Há assuntos muito importantes que os jovens acham que não podem questionar" (entrevista 7);

- "Fazemos debates; onde me lembro, nessas últimas eleições, convidámos órgãos de comunicação, convidámos os que faziam parte das partes envolvidas principalmente. Fazíamos. Mas só aparecia um partido e mais, sem justificação, não aparecia. (...) Sem nenhuma justificação. (...) A Frelimo negava sempre. Em muitos debates" (entrevista 16).

As peças jornalísticas de Hizidine Acha, repórter do canal televisivo STV, são reveladoras das dificuldades de comunicação do Governo com o grande público. Nas suas inúmeras reportagens de temas socialmente sensíveis (segurança na província, agressões policiais, mau estado das vias públicas, má qualidade de serviços públicos, etc.) procura recolher informações de órgãos governamentais que, invariavelmente, até ao fecho da reportagem, permaneciam indisponíveis. Como concluía um ex-director de uma rádio local, "o governo não comunica" (entrevista 23).

²² Termo utilizado inicialmente por Sahlins (1963: 285-303) na análise dos sistemas sociais das ilhas do Pacífico, e recuperado, posteriormente, no estudo de outras sociedades, entre as quais africanas.

Este clima hostil em relação às OSC tende a desencadear entre as mesmas um clima de receio e de preconceito em relação ao Governo e às estruturas do Estado, muitas vezes influenciado por administradores mais arrogantes, sobretudo com o início do conflito armado e maior militarização da província, reduzindo-se espaços de comunicação:

- *"muitas associações têm ideias preconcebidas e que é difícil penetrar nas muralhas de governação para buscar informação, apresentar as ideias e discutir seja o que for. Alguns, por experiências profissionais do passado, e, outros, mesmo por timidez. E, quando se trata de determinados assuntos, por exemplo, esse assunto de índole militar; quando começou este assunto da subversão terrorista aqui em Cabo Delgado, muitas associações abstiveram-se de investigar, estudar os assuntos"* (entrevista 17);

- *"Mas, por exemplo, há um administrador, que (...) agora está noutra distrito aonde fui trabalhar nestes dois meses de Janeiro e Fevereiro, e, de forma impressionante, ele continua [a] mesma pessoa fechada, burocrática e muito de o que vocês querem, muito de aqui, nós, se não tiveres uma guia de marcha, se não tens credencial, então não trabalhas, continua (...) Mas, muitas vezes, temos que admitir que nem sempre isto foi fechado devido ao próprio sistema. Muitas vezes é devido aos indivíduos que estavam a dirigir esses lugares"* (entrevista 14);

- *"as práticas de pessoas confundem com institucionais naqueles lugares (...) Mas, muitas vezes, temos que admitir que nem sempre isto foi fechado devido ao próprio sistema, muitas vezes é devido aos indivíduos que estavam a dirigir esses lugares"* (entrevista 7).

Numa província com um historial de violência política e de apertado controlo dos espaços de diálogo, tende a gerar-se um clima de receio entre as populações. De acordo com os relatos, os cidadãos anónimos mostram-se reticentes em falar abertamente e em público sobre temáticas social ou politicamente sensíveis, com receio de represálias. Profissionais da comunicação social relatam o receio frequente de cidadãos anónimos de revelarem a sua identidade, sobretudo perante temas que possam embaraçar as autoridades. Por sua vez, dirigentes de organizações direccionadas para a advocacia, assim como jornalistas, revelaram o clima de ameaças e de hostilidade existente na província, agravado aquando do processo de penetração da indústria extractiva:

- *"Porque esta província sempre é fechada pelo partido único. As pessoas têm medo de falar. Até você, [se] perguntar a uma mulher porque é que está há 4 horas numa fonte de água... o problema de água que você está a ver que é problema de água, mas como jornalista é preciso de tirar imagem da fonte, mas eles negam falar. Eles não querem falar. Medo de falar (...) 'Tem medo de quê?' ninguém responde. É esta coisa que, quando você fala, as pessoas te perseguem, é verdade. É, por isso, que as pessoas também não falam aqui"* (entrevista 11);

- *"Nós temos debates de temas... mas a participação, percebo, também por medo, algumas pessoas decidem por anonimato. Ninguém quer falar, por exemplo, é o fulano que falou isso. Existe o medo. Esses temas, à hora que se faz as ligações, as pessoas dizem 'não, prefiro não dizer quem sou eu, mas vou dizer sobre isso'. Então, mostra que é um medo generalizado"* (entrevista 16);

- "eu, pessoalmente, em Palma já recebi várias [ameaças], inclusive o próprio meu coordenador já foi dito 'esse teu miúdo fala muito, tem que lhe falar tomar muito a pau'. Eu já recebi. Os meus colegas já receberam num conflito de terra, onde o próprio investidor ameaçou de morte 'cuidado, cuidado, isto é Moçambique, você sabe como as pessoas desaparecem' Essa é uma ameaça. Inclusive, eu dei uma reportagem à STV onde eu chamava atenção ao próprio Presidente da República para se pronunciar por causa do assunto da base logística de Pemba, onde disseram 'esse teu colega fala muito, cuidado'" (entrevista 10).

c) O impacto do conflito armado

Existiam associações de cidadãos pelos vários distritos do Nordeste da província que eram capacitadas em torno de assuntos relacionados com direitos de cidadania e questões políticas – de monitoria do orçamento, avaliação de diálogo e de participação – mas, a guerra foi responsável pela respectiva dispersão espacial e destruição de fóruns de debate. Por outro lado, a militarização do Nordeste da província foi responsável por um aumento da intolerância política e clima de medo. Nos espaços de destino, os líderes associativos transportam experiências traumáticas, enfrentando problemas de insegurança alimentar e sobrevivência económica:

- "já não tem esses espaços, essas instituições, ou essas estruturas a funcionar na base, devido a ameaças do terrorismo, ataques. Nalguns sítios não temos as pessoas. E, qualitativamente, porque, quando começam essas ameaças, as pessoas perderam também a capacidade, ou, se calhar, a vontade de continuar com o diálogo. Continuar de forma aberta a dialogar de forma livre e aberta sem temer. Por exemplo, ser confundido, ser percebido como alguém de esquerda, entre aspas, ou alguém da oposição. (...) hoje, boa parte dessas organizações ou associações estão fragilizadas e também concentradas em distritos onde, neste momento, tens o mínimo de segurança, como Pemba, Montepuez, Chiúre, Mecufi e por aí fora" (entrevista 7);

- "mas, agora está difícil. Vamos sentar com quem? Porque as comunidades estão debandadas. Onde encontrar as comunidades? É verdade que estão no centro de reassentamento. Mas não são todas comunidades que estão lá. Mesmo as lideranças, outras nem estão lá. E, com [o] trauma que eles trazem quando nós vamos, quando chamamos, as preocupações são deles, ou querem algo para sobreviver, são alimentos. Ou querem ouvir que no dia X voltam para casa. São essas duas preocupações praticamente que eles têm. Não é fácil" (entrevista 18).

O início do conflito armado e o aumento da presença militar traduziu-se na diminuição de direitos fundamentais dos cidadãos. A declaração de Estado de Emergência e imposição do recolher obrigatório foi acompanhada por uma maior militarização da presença do Estado, com abusos

sobre as populações, em especial jornalistas. A detenção²³ ou desaparecimento físico²⁴ de vários jornalistas, no exercício das suas funções, constituiu um sinal ameaçador para os profissionais da comunicação social, inibindo-os de reportar acontecimentos militares:

- *"falo do meu distrito de Mocímboa da Praia, (...) muitos jovens tinham os seus bens, tinham os seus dinheiros, eram pequenos agentes económicos. Então, o trabalho que foi efectuado pelo governo era de perseguir aqueles jovens e acusar de que pertencem ao grupo dos insurgentes, só para extorquir dinheiro, tirar os seus bens, tirar as suas vidas. Isto aconteceu"* (entrevista 5);

- *"Falar de situações de guerra nestes distritos, você é morto. Se é funcionário, você é atacado e é expulso. Percebe? Aliás, temos exemplos práticos. Desapareceu um jornalista até hoje [em Palma]. Estamos a falar daqueles dois em Macomia. Há muita complexidade"* (entrevista 23);

- *"Aqui em Paquite, quando a unidade de intervenção rápida também cometia excesso; então, ele estava aí [a] filmar e não sei quê e, à noite, aqueles ali não quiseram saber se é jornalista ou não. Não pode filmar. Sei que ele insistiu pronto... Deram-lhe umas chambocadas. (...) É preciso ter outra atitude na relação, não só com os órgãos de comunicação, mesmo com o cidadão. Porque havia excessos de zelo e isso ajudou a travar um pouco a acção"* (entrevista 17)..

4.1.7 As particularidades no planalto maconde

Todas as vozes foram consensuais em atribuir características particulares ao ambiente de participação no planalto maconde. A relação histórica que muitos habitantes do planalto têm com o partido Frelimo e a respectiva participação na luta de libertação nacional traduzem-se na existência de milhares de beneficiários de pensão de antigo combatente²⁵, proliferando inúmeras

²³ No dia 16 de Dezembro de 2018, o jornalista Estácio Valoi, acompanhado por David Matsinhe (activista da Amnistia Internacional) foram detidos durante dois dias por elementos das Forças Armadas de Moçambique (FADM) no distrito de Mocímboa da Praia, acabando por ser libertados sem qualquer tipo de acusação. O material de trabalho de Valoi foi confiscado por militares e o jornalista aguarda, até hoje, pela sua devolução. A 5 de Janeiro de 2019, Amade Abubacar, jornalista da rádio Comunitária Nacedje, foi detido no exercício da sua função, enquanto entrevistava deslocados internos em Macomia, que fugiam de ataques às suas aldeias. O jornalista esteve detido por duas semanas num quartel militar em Mueda, em regime de incomunicabilidade, privado de acesso a advogado durante 11 dias, tendo, posteriormente, sido transferido para uma cadeia civil. Amade esteve detido durante 108 dias, tendo sido acusado de "instigação pública com recurso a meios informáticos". A 15 de Fevereiro do mesmo ano foi detido Germano Adriano, jornalista da mesma rádio. Germano foi informado pelas suas chefias do Instituto de Comunicação Social (ICS) acerca da aprovação do seu pedido de transferência, cujo documento poderia ser levantado nas instalações do ICS. Em vez da guia, Germano encontrou uma ordem de detenção, pelo que o MISA (s.d. a) acusa o ICS em Macomia de colaboração na sua detenção. Em Julho de 2021, após fotografar as instalações dos Correios de Moçambique em Montepuez, Estácio Valoi foi conduzido à esquadra por dois elementos da Unidade de Intervenção Rápida, onde esteve retido por duas horas. Da mesma forma, ao longo dos últimos 3 anos, o jornalista Hizidine Achá, da STV, já foi várias vezes detido e agredido pelas forças policiais no exercício das suas funções.

²⁴ Ibraimo Abu Mbaruco, jornalista da rádio comunitária de Palma, encontra-se desaparecido desde o dia 7 de Abril de 2020. Na última mensagem enviada aos seus colegas, alegava que estava "cercado com militares". De acordo com um comunicado do MISA (s.d. b), citando agentes da polícia, o jornalista foi levado por elementos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique para Mueda. Não obstante as insistências de familiares, colegas e do MISA junto das autoridades do distrito de Palma, até hoje desconhece-se o seu paradeiro.

²⁵ De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Providência Social do Ministério das Finanças, dos 17.764 beneficiários da pensão de antigo combatente da luta de libertação nacional, que

suspeitas de pensões indevidamente atribuídas (Israel, 2006). A existência de muitos pedidos pendentes de atribuição deste subsídio, cria expectativas em muitas famílias, que permanecem estrategicamente leais ao partido no poder. A distribuição alargada de recursos do Estado possibilitou a constituição de uma rede de vigilância, com capacidade de penetração e controlo dos espaços de participação, que passam a estar politicamente capturados. A Associação de Antigos Combatentes de Luta de Libertação Nacional (ACLIN) exerce um importante papel de vigilância política, funcionando como grupo de choque, com discursos e comportamentos ameaçadores em relação a potenciais opositores, particularmente durante períodos eleitorais²⁶. Neste cenário, forma-se uma cultura política conservadora e hostil a organizações independentes, questionadoras da governação. A participação e ingerência nesses assuntos tendem a ser entendidas como uma confrontação política e ameaça ao partido dominante, com o qual o grupo se relaciona de forma clientelista. Este cenário político hostil tende a influenciar as próprias lideranças religiosas, bem menos assertivas na zona do planalto:

- *"naquela zona do planalto, por exemplo falamos de Muidumbe, de Mueda, não é fácil. Nunca foi assim muito fácil mobilizar as lideranças, inclusive religiosas, para participar na questão de governação ou na questão de policy making ou monitoria de governação. Porque isso parecia ir contra as ideologias ou, então, ao governo do dia. Era percebido muito desse jeito (...) Mas era mais fácil fazer isso em Mocímboa da Praia, em Palma"* (entrevista 7);

- *"[Em Mueda] qualquer coisa que tentas explicar de que está errado, eles dizem 'sabes, minha filha, nós não estamos preocupados com o que está errado (...) Nós é que libertámos. Nós somos Frelimo; ainda que esteja alguma coisa fora do normal, nós não vamos mudar nem trocar a nossa bandeira. A nossa bandeira é esta'"* (entrevista 20);

- *"Agora, aquela zona norte Nangade, Mueda, Muidumbe, aquela zona toda Awasse para lá... iiii, aquilo é para acordar que não vale a pena (...) Nem escola técnica, nem universidade e nem podes acordar aquele povo. Eles recebem [pensão de] antigo combatente. Outros, até tem cartões que nem daquela data [da luta de libertação], mas, epá, entra. Todo [o] jovem está viciado, não trabalha. Têm dinheiro de antigo combatente e todos sentados. Chega [o] fim do mês, vão comprar coisas nas mesmas lojas dos próprios donos, os mandões. Então, aquilo é um círculo vicioso, 'quem [é] você para falar mal?' Até parece um chip que puseram na cabeça das pessoas"* (entrevista 20).

Contudo, longe de constituir um cenário politicamente amorfo, não deixam de emergir um conjunto de vozes descontentes, sobretudo entre os mais jovens, sem acesso aos recursos do Estado, e que, na relação constituída com o partido no poder, tendem a privilegiar, não tanto, as conquistas do passado, mas, as oportunidades existentes no presente, num contexto marcado

recebiam esse valor na província de Cabo Delgado via CTT, 9.422 (53%) eram residentes no chamado planalto Maconde, nomeadamente nos distritos de Mueda, Muidumbe e Nangade. Refira-se a existência de mais 14.438 antigos combatentes registados na província, que recebem a pensão por transferência bancária, assim como 3660 novos ingressos, cujo distrito de residência não aparece discriminado nos relatórios obtidos. Se assumirmos a existência da mesma tendência de distribuição territorial para os que recebem a pensão via CTT, poderemos estimar que o número de antigos combatentes existentes no planalto possa ascender a 19.006 indivíduos, o que representaria 4,7% da população contabilizada pelos Censos 2017 nesses três distritos. Se admitíssemos que não existe mais do que um pensionista por família, teríamos que 21% dos agregados familiares do planalto são beneficiários da pensão de antigo combatente.

²⁶ Indivíduos oriundos de Mueda sede relatam episódios de ameaças e espancamento de membros de políticos de partidos da oposição, sobretudo durante os períodos eleitorais.

por dificuldades de acesso a serviços públicos, por desemprego ou subemprego²⁷. Por outro lado, as vozes salientam a frontalidade e assertividade das organizações do planalto, assim como a respectiva determinação e capacidade de mobilização colectiva, que lhes confere grande pressão sobre a administração distrital. A situação de insegurança militar, a incapacidade de as FDS garantirem a defesa das populações e, inclusivamente, a desconfiança de interesses sinistros, leva mais jovens macondes a questionar o poder dominante:

- *"No geral, as organizações que intervêm são parceiros ou do governo, por exemplo, na prestação de serviços muito directos, por exemplo, de saúde, oferecendo testagem a HIV, oferecendo equipamento de trabalho, formando técnicos, por aí... Essas são organizações mais aceites. Eram e continuam sendo organizações com mais destaque porque eles apoiam directamente ao orçamento. Mas, nos últimos anos, vemos que outras organizações, como as sociais, que vêm e fazem esta questão de advocacia, esta questão da capacitação da comunidade para participar na governação, houve muito espaço e mesmo abertura para os governantes. Não era muito fácil, principalmente em Mueda"* (entrevista 7);

- *"É menos activo no ponto de vista de participação em movimentos. Mas, quando entram e percebem [que] tem esta particularidade do povo maconde, é essa abertura, essa franqueza, essa forma muito espontânea, muito directa de colocar as coisas. Isso, eu acho, que era um dos grandes ganhos. Eram poucos grupos. Muito pouco eficientes porque dificilmente questionam o sistema. Mas, essa força de questionar, essa frontalidade que têm com o governante, porque acham que esse é filho da terra e podem falar assim directamente... assim com ele. Era muito impressionante. Se a plataforma do distrito de Mueda fosse ter com administrador ou administradora a falar das preocupações, isso lhes dava muita vantagem. Sabem que se lhes nega, há um problema. Isso pode custar teu carro, isso cria uma agitação muito grande"* (entrevista 7);

- *"mas, hoje, [o] discurso já é outro; hoje, o discurso já é outro. Muita gente está [a] associar a questão do extremismo violento a alguma coisa que o governo não esteja a cautelar. 'Porque é que não está [a] defender-nos, porque é que nós não estamos protegidos e porque é que isto está acontecer?'. Tanto mais que eles exigem muito a resposta nisto. Mas também esta resposta só é respondida a um certo grupo de pessoas lá na zona de Mueda e não sei aonde"* (entrevista 20).

4.2. Dos canais informais às formas agressivas de participação

Conscientes de que constituem a maioria da população activa, enfrentando problemas de empregabilidade, mas sem canais de participação política, a principal alternativa encontrada pelos jovens está nos espaços informais. É na rua, nos mercados ou nos jogos de futebol, frequentemente nas redes sociais, que muitos jovens procuram desoprimir, recorrendo à fofoca e à maledicência, à partilha de *memes*²⁸, sem que a mensagem chegue directamente aos centros de decisão e sem impacto directo na mudança social. Ao invés de se construir uma cidadania informada e participativa, onde se discute, de forma frontal e esclarecida, os problemas locais, formam-se espaços invisíveis de participação, sem capacidade de transformação. A participação assume a forma de desabafo, partilhando rumores de forma não necessariamente construtiva:

²⁷ De forma mais aberta, nas eleições de 2019 foram observadas caravanas de jovens vestindo camisetas de partidos políticos da oposição, cenário impensável em eleições anteriores (Feijó, 2019).

²⁸ Mensagens irónicas ou jocosas, por vezes acompanhadas por imagens ou vídeos, compartilhadas por usuários das redes sociais de forma viral e que se tornam bastante populares. As temáticas dos *memes* são bastante abrangentes, focando desde aspectos quotidianos até à crítica política.

- "Francamente, tudo fica nos bastidores, como se diz, debaixo das mangueiras. Conversam, descarregam e não sei quê. E acabou por aí" (entrevista 18);

- "os sítios onde nós temos sempre ouvido as grandes críticas, as grandes opiniões de alguns jovens é no movimento dos jogos de futebol da rua. Eu, que estou a falar, particularmente eu gosto mais desses sítios porque há muita informação" (entrevista 12);

- "Mas, está claro que a participação, mesmo a nível da comunidade, não é eficaz e alternativa para os jovens. Costuma ser mesmo os mercados, ali onde sentam para vender, nas barracas onde sentam para beber. E ali é o espaço onde eles [se] encontram para dizer o que pensam e muitas vezes de forma bastante perigosa" (entrevista 7).

Como explicado por Habibe *et al.* (2019: 19), as redes sociais, nomeadamente o *Facebook*, ou o *Telegram*, entre outras redes, constituíram um espaço de reunião de inúmeros jovens descontentes, que se tornaram alvo de recrutamento de agentes com fins violentos:

- "Há outras pessoas que usam as redes sociais para poder difamar, denegrir e poder recrutar as pessoas, para poder fazer do movimento dos terroristas, porque, nos primeiros momentos, foram através das redes socais onde eu tive a oportunidade de ser adicionado com um número que era internacional e tive que sair" (entrevista 12).

A incapacidade de transformação social tende a ser geradora de canais de participação mais agressivos. Ao longo dos últimos anos, assistiu-se a uma grande agitação popular na província, manifesta através de greves e motins protagonizados por trabalhadores no distrito de Palma (Sekelekani, 26.10.2018) e, mais recentemente, nas minas de Balama, frequentemente com destruição de património; em tumultos em centros de deslocados e agressões a secretários de bairro em reacção a alegados desvios de ajuda alimentar; em agressões físicas a agentes da autoridade, em reacção à sua predadora e oportunista forma de fiscalização (Feijó *et al.*, 2022), mas também em ondas de criminalidade, por intermédio de ataques e roubo de veículos e residências. De acordo com as vozes entrevistadas, a inexistência de canais funcionais de participação e a retirada de protagonismo às lideranças locais vêm sendo detonadores de toda a tensão social acumulada, resultante de profundos fenómenos de exclusão social. Os relatos dão conta de inúmeros episódios de violência:

- "As pessoas trocam ideias. Se calhar, não tem ninguém que entenda melhor de políticas, não entenda melhor do contexto, entenda melhor das abordagens. E as pessoas vão nutrindo um pensamento, uma mentalidade que (...) não são positivas. Então, temos infelizmente bombas-relógios. Um dia, as pessoas encontram refúgios em práticas que são nocivas à sociedade para se expor, para se impor, para influenciar os seus interesses e marcar [a] sua presença. Muitas vezes, aqui em Cabo Delgado, manifestam mesmo através de marginalidade. Pessoas colocam-se nas estradas para roubar isto, roubam aquilo, assaltam casas. E, agora, neste nível que temos, pode ser também consequência de falta de um espaço onde possa servir os jovens" (entrevista 7);

- "é por isso que estes problemas estão [a] acontecer recentemente. A maioria são jovens, eles sentem-se marginalizados. Hoje, não há espaço para eles tomarem a decisão para sua vida. Dizerem alguma coisa, o que é que eles pensam que podia ser melhorado em termos dessa camada juvenil. Então, por ignorância, uma parte por analfabetismo, acabam de aderir os movimentos que até eles ficam prejudicados" (entrevista 6);

- "Agrediram-me, perdi o telefone, perdi algumas coisas. Fui acolhido com a segurança que estava ali, a G4S; levaram-me para o acampamento (...). Os trabalhadores foram cedidos essas férias de 15 dias quase. Mas eles estavam a pedir 6 dias de descanso e a direcção não queria. Mas, quando criaram aquela greve, acabaram cedendo 15 dias. Está [a] ver qual é o prejuízo..." (entrevista 9);

- "Aumento de preço, sim; queimaram pneus e outra vez também estiveram ali que queimaram pneus. Se não me engano, foi por causa de exigir carta de condução profissional nos serviços públicos e muitos não tinham e eles lá fecharam" (entrevista 11);

- "[o secretário de bairro] há uma semana atrás levou chapadas em frente da casa dele" (entrevista 13).

5. REFLEXÕES FINAIS

"Então, não tendo emprego, temos como solução o comércio informal. Então, se o comércio informal existe e é o próprio governo que vem e confisca os bens, então, como é que nós ficamos? E, por sabermos isso, é onde entra o nosso receio, uma vez que é o governo; conhece as nossas dificuldades aqui e faz isso. Se nós formos aí [ao Conselho Municipal] será que vão-nos ouvir? Então, aí que nós, como associação, estamos também um pouco receosos em ir expor essas dificuldades" (entrevista 2).

O desenvolvimento de uma cidadania activa em Moçambique, e a província de Cabo Delgado não constitui excepção, está fortemente condicionado por elevadas taxas de analfabetismo e dificuldades de acesso à informação, sobretudo nas zonas rurais. O Estado mostra-se incapaz de promover a formação das populações, mas também desconfiado em relação a acções de consciencialização em direitos fundamentais e mecanismos de participação cívica, promovidas por organizações da sociedade civil. A manutenção de uma cultura política de súbdito foi funcional à penetração do grande capital na exploração de recursos naturais. Num cenário de falta de informação, gera-se um ambiente propício para o surgimento de rumores, que rapidamente circulam por populações com dificuldade de apuramento da respectiva veracidade, criando-se um clima profícuo para a desinformação. Em vez de promover o esclarecimento de assuntos sensíveis (particularmente aqueles relacionados com o conflito militar), o Governo optou pelo *black out* informativo ou por mensagens lacónicas e oficiosas²⁹. O governo mostra-se desconfortável quando é interpelado por uma imprensa independente, que não consegue controlar, enfatizam-se inimigos externos e apelos à vigilância popular, ignorando problemas de desenvolvimento e de governação.

O cenário económico precário, marcado pelo desemprego e subemprego, afecta o desenvolvimento das organizações da sociedade civil. As organizações estão profundamente dependentes das contribuições dos sócios, largamente descapitalizados, pelo que carecem de meios técnicos para operar, problematizando o trabalho associativo. O conflito militar teve um profundo impacto sobre a economia e dispersou as populações, pelo que as OSC perderam capacidade organizativa, de advocacia e pressão social, sobretudo durante o Estado de Emergência.

²⁹ A longa da entrevista concedida à Televisão de Moçambique, pelo comandante da missão de treino da União Europeia às tropas moçambicanas, Brigadeiro-General Lemos Pires, em Junho de 2022, durante a qual não se esquivou a perguntas sensíveis sobre os desafios de uma guerra de guerrilha, não teve equivalente nos congéneres moçambicanos ao longo dos 4 anos anteriores.

As actividades das organizações tornam-se dependentes da existência de parceiros, geralmente com apoios incertos e irregulares, passando os líderes associativos a prestar maior atenção aos discursos externos, aos quais adaptam as suas abordagens. Esta situação retira, às organizações locais, a capacidade de definição dos problemas e de influência do debate. A chegada de muitas organizações externas, a reboque dos problemas humanitários, nem sempre incluiu as organizações locais, reproduzindo assimetrias socio-espaciais. Quando essa chegada se traduziu em parcerias, as relações foram geralmente desiguais.

Acrescem as dificuldades burocráticas, de acesso a documentos e de formalização das associações, processo geralmente lento e dispendioso.

As associações apresentam problemas de transparência e democracia interna, patentes na reduzida rotatividade das lideranças (que tendem a confundir-se com a própria organização) e na frequente relutância para prestação de contas. Por outro lado, não deixam de existir obstáculos de participação dos mais jovens, não obstante constituírem a maioria da população da província.

Não obstante a existência destes obstáculos, são visíveis diversos espaços de participação formal, através de fóruns colectivos (de nível provincial até ao nível da localidade), pedidos de audiência, realização de cartas e petições ou marchas públicas.

Apesar de não serem muito comuns, as vozes identificaram administradores com um perfil mais dialogante ou departamentos do Estado mais abertos à partilha de informações e demonstrando vontade de interacção. Essa abertura foi particularmente evidente na sequência da conflitualidade nas minas de Namanhumbir, no distrito de Montepuez, com o início do conflito armado e aumento do número de deslocados. Impotentes na gestão do drama humanitário, e incapazes de diminuir a pressão social, dirigentes do Estado procuraram estabelecer alianças com organizações da sociedade civil, usando-as como intermediárias no relacionamento com as populações. Com claras intenções políticas, a aproximação é também evidente em períodos pré-eleitorais.

Nos grandes centros urbanos e em zonas mais próximas dos grandes projectos extractivos começam a emergir organizações da sociedade civil mais dinâmicas e interventivas. Mecanismos de apoio à sociedade civil exercem uma influência positiva na incubação de organizações locais, tornando-as melhor conhecedoras de dispositivos legais, capazes de reunir evidências e de exercer impacto junto das populações.

A existência de canais formais de participação não invalidou vários obstáculos, que se podem resumir nos seguintes:

- **Centralização das decisões ao nível da capital** e reduzida autonomia das autoridades provinciais e distritais, forçadas a implementar projectos que colidem com os interesses das populações locais. A atribuição de licenças de explorações de recursos naturais e de grandes DUATs foram responsáveis pela interrupção de actividades económicas, reassentamentos populacionais e frustração de expectativas locais, aumentando a conflitualidade. Os governos distritais foram forçados a facilitar grandes investimentos, aprovados a nível da capital, problematizando a criação local de espaços francos e abertos de participação.
- **Politização do aparelho administrativo do Estado**, expressa através da captura das lideranças locais, por intermédio de fenómenos de corrupção, desvio de bens materiais e nomeações com base em critérios de confiança. Os debates públicos tendem a ser

politicamente controlados, impedindo uma participação honesta e alargada. Fortemente elitizados e incapazes de absorver as populações mais jovens, os conselhos consultivos estão longe de constituir espaços de influência de políticas públicas. A estratégia de gestão dos problemas é meramente paliativa, procurando, não tanto, a realização de reformas, mas a redução da pressão, por intermédio de medidas pouco assertivas.

- **Desconfiança governamental ao escrutínio público** e intolerância em relação a forças sociais independentes, entendidas como opositoras e merecedoras de controlo e vigilância;
- **Fragilização do Estado**, evidente na incapacidade técnica e financeira para dar resposta aos problemas das populações. A lentidão e ineficácia da máquina administrativa alimenta suspeitas de desvio de fundos e diminui a confiança das populações no Estado. Perante a incapacidade de fazer face às enormes exigências, os agentes do Estado adoptam uma comunicação lacónica e evasiva;
- **Proibição de manifestações públicas de protesto social**, particularmente perante assuntos sensíveis ou quando organizadas por entidades independentes do partido no poder. A declaração do Estado de Emergência agravou a situação, limitando os espaços de participação e de exercício de direitos fundamentais. A maior sensibilidade de alguns dirigentes públicos, contrasta com o comportamento das Forças de Defesa e Segurança, conhecidas pelo oportunismo, excesso de zelo e violência. O recurso à polícia anti-motim para impedir manifestações pacíficas, agredindo populações civis indefesas, tende a alimentar sentimentos de Estado contra a população.
- **Clima de receio de diversas lideranças em relação ao Estado**. Num contexto de conflito militar, em que seria fundamental o envolvimento das lideranças locais na intermediação entre o Estado e os rebeldes, as primeiras receiam apresentar visões alternativas ao conflito, tornando-se a gestão do conflito num monopólio das forças de defesa e segurança;
- **O conflito armado** constituiu um retrocesso nos espaços de diálogo e de cidadania. Por um lado, implicou a deslocação de milhares de indivíduos, desfragmentando grupos informais que constituíam interlocutores válidos, com impacto sobre o tecido político. Por outro lado, pelas ameaças, detenções e desaparecimento de cidadãos, a guerra simbolizou um retrocesso nos espaços de diálogo e de exercício da cidadania.
- **O oportunismo dos funcionários do Estado** e as dificuldades de acesso à justiça (ineficiente e politizada), alimentam a descrença nos mecanismos formais.

Todos estes obstáculos são impeditivos da criação de espaços abertos e eficazes de participação, tornando-se as arenas políticas num espaço elitista e politicamente controlado. Apesar de constituírem a maioria da população da província, lotando mercados informais e outros espaços económicos, os jovens não estão devidamente representados nos lugares de decisão, entendidos como lugares pouco acolhedores. As possibilidades de participação são remetidas para os mercados, para os jogos de futebol e redes sociais, sem grande capacidade de influência de políticas públicas.

A situação é agravada com a reduzida rotação partidária, que poderia funcionar como válvula de escape para a população. Neste cenário, reúnem-se as condições para que a violência possa ser interpretada como a forma possível de participação.

O abandono de locais de produção, a insegurança alimentar que se vive na província e a tendência de aumento dos preços alimentares aumentam os riscos de descontentamento e contestação, sobretudo entre os mais jovens urbanos, tornando-os particularmente vulneráveis ao recrutamento para actividades criminosas ou violentas.

6. RECOMENDAÇÕES:

Neste cenário, tornam-se relevantes as seguintes recomendações:

- **Formação massiva das populações locais**, não apenas em termos técnico-profissionais, mas introduzindo questões de cidadania, relacionadas com direitos fundamentais, participação cívica e mecanismos de reivindicação;
- **Alargamento do acesso à informação**, capacitando o Estado com recursos tecnológicos para disponibilizar documentação de interesse público;
- **Formação das lideranças locais**, ao nível da legislação, diagnósticos sociais, condução de encontros, recolha e sistematização de evidências, planificação de processos de advocacia e de negociação.
- **Capacitação institucional de organizações da sociedade civil**, em termos de instalações e subsídios para funcionamento, acarinhando organizações de jovens e de defesa de sectores económicos vulneráveis, como camponeses e pescadores, vendedores informais ou transportadores (moto-táxi, chapa, etc.), que representam a maioria da população da província e onde mais se concentra a pobreza.
- **Envolvimento das OSC** em acções de fiscalização e monitorização (da governação, exploração de recursos naturais, acesso à informação), mas também na prevenção do extremismo violento (nos espaços religiosos, nas rádios, nos bairros, no desporto, na cultura) e negociação com grupos violentos.
- **Revisão dos custos de legalização e formalização de associações**, tornando o processo mais célere e menos burocrático.
- **Descentralização administrativa do território**, conferindo maior poder às províncias na tomada de decisões estratégicas.
- **Eleição das lideranças comunitárias** e clarificação dos respectivos domínios territoriais, facilitando o respectivo papel de organização do território.
- **Fortalecimento do Estado de Direito**, da Procuradoria-Geral da República e do judiciário, promovendo o acesso à justiça e transparência governativa.

BIBLIOGRAFIA

- ALMOND, Gabriel, and VERBA, Sidney (1963) *The Civic Culture*. New Jersey: Princeton University Press.
- BRANDÃO, Pedro (2004) A Igreja Católica e o "Estado Novo" em Moçambique 1960-1974. Cruz Quebrada: Editorial Notícias.
- BUSSOTTI, Luca e FONSECA, Mário Moisés (2019) "As rádios comunitárias como instrumento de democratização do meio rural" in Feijó, João (Org.) *Tensões e conflitos sociais no campo*. Maputo: Escolar Editora, pp. 195-213.
- CASTLES, Stephen (2000), "Underclass or Exclusion: Social Citizenship of Ethnic Minorities", in Ellie Vasta (ed.) *Citizenship, Community and Democracy*, London, Macmillan Press, pp. 23-41.
- CESC (2021) "Termos de referência para submissão de propostas de projectos". Maputo: CESC.
- CHILENGUE, Nelson (s.d.) *Estimativa do número de cidadãos abrangidos pelas rádios e centros comunitários em Moçambique*. Maputo: CAIC - Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária
- EDWARDS, Michael (2004) *Civil Society*, Polity Press, Cambridge.
- FEIJÓ, João (2019) "Assimetrias de acesso ao Estado – um terreno fértil de penetração do Jihadismo Islâmico?" in *Observador Rural*, 93, disponível em <https://omrmz.org/wp-content/uploads/Observador-Rural-93-Assimetrias-no-acesso-ao-Estado.pdf>, acesso a 01.09.2022.
- FEIJÓ, João e MAQUENZI, Jerry (2021) "Gerir um problema institucional para prevenir um conflito social: reflexão sobre a violência de populares contra agentes da polícia" in *IDeIAS*, 144, pp. 1-2.
- FEIJÓ, João; MAQUENZI, Jerry e AGY, Aleia Rachide (2022) "Ingredientes para uma revolta de jovens – pobreza, sociedade de consumo e expectativas frustradas" in *Observador Rural*, nº 121., pp. 1-37. Disponível em <https://omrmz.org/wp-content/uploads/OR-121-Ingredientes-para-uma-revolta-de-jovens-Pobreza-sociedade-de-consumo-e-expectativas-frustradas.pdf>, acesso a 01.09.2022.
- FEIJÓ, João; MAQUENZI, Jerry; e BALANE, Neuza (2022) "Voltamos ou ficamos? Pobreza, tensões sociais e expectativas de regresso de populações deslocadas" in *Destaque Rural*, 171, disponível em https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr-171/?fbclid=IwAR2UTy7YdT80dFjJsNZIVEdBPERuRMaFoaVtROtvmBWFLjWDHb_3xmdYrQ, acesso a 04.07.2022.
- GRI – Grupo de Reflexão Interdiocesana (2018) "Uma leitura da conjuntura actual do país desde a 'Laudato Si', disponível em <http://jupax.org/wp-content/uploads/2018/10/UMA-LEITURA-DA-CONJUNTURA-ACTUAL-DO-PA%C3%8DS-10-16.pdf>, acesso a 20.02.2019
- HABIBE, Saíde; FORQUILHA, Salvador; PEREIRA, João (2019) "Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique – o caso de Mocímboa da Praia" in *Cadernos IESE*, nº 17, pp. 1-62.
- HEDGES, David (Coord) (1999), *História de Moçambique, Volume 2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*, Maputo, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.
- HEINRICH, Fin (ed.) (2007) *Civicus Global Survey of the State of Civil Society*, Volume 1. Bloomfield Conn: Kumarian Press.
- ISAACMAN, Allen (1987) "Régulos, diferenciação social e protesto rural: o regime de cultivo forçado do algodão em Moçambique, 1983-1961" in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 6/7, pp. 37-82
- ISAACMAN, Allen and ISAACMAN, Barbara (1983), *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*, Boulder Colorado, Westview Press.
- ISRAEL, Paolo (2006) "Kummwagalela Guebuza – The Mozambican General Elections of 2004 in Muidumbe and the Roots of the Loyalty of Makonde People to Frelimo" in *Lusotopie*, 13 (2), pp. 103-125.
- LYONS, Mark (2009) "Measuring and Comparing Civil Societies" in *Cosmopolitan Civil Societies Journal*, 1 (1), pp. 71-84.
- MACOMIA, Abubacar (06.12.2021) "Cabo Delgado realiza Observatório de Desenvolvimento" in *Diário Online*, CAICC – Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária, disponível em <https://www.caicc.org.mz/diario/?p=9698>, acesso a 22.08.2022.
- MATEUS, Dalila (2004). *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar.
- MISA (s.d.a) "Misa preocupado com casos dos jornalistas Amade Abubcar e Germano Adriano", in *Misa Moçambique*, disponível em <https://www.misa.org.mz/index.php/destaques/noticias/55-misa-preocupado-com-caso-dos-jornalistas-amade-abubcar-e-germano-adriano>, acesso a 27.07.2022
- MISA (s.d.b) "Relatório sobre o desaparecimento do jornalista Ibraimo Abu Mbaruco em Palma (Cabo Delgado)" in *Misa Moçambique*, disponível em <https://www.misa.org.mz/index.php/destaques/noticias/77->

[relatorio-sobre-o-desaparecimento-do-jornalista-ibraimo-abu-mbaruco-em-palma-cabo-delgado](#), acesso a 27.07.2022.

MOGEKWU, Matt and NAMBURETE, Eduardo (2000), *Review of Journalism and Communication Education and Training in Mozambique - a consultant report*, Maputo, UNESCO / UNDP - Media Development Project.

MOREIRA, José (1996), "João Albasini e o Africano: 1908/9 – um ano novo, uma nova era" in RIBEIRO, Fátima e SOPA, António (Coord.), *140 anos de imprensa em Moçambique*, Maputo, Associação Moçambicana da Língua Portuguesa, pp. 49-64.

MOREIRA, José (1997), *Os assimilados, João Albasini e as eleições, 1900-1922*, Maputo, Estudos 11, Arquivo Histórico de Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane.

NAMBURETE, Eduardo (2002), "Os Media, Paz e Democracia - 10 anos mais tarde" in MAZULA, Brazão, *Moçambique, 10 anos de Paz*, Maputo, Imprensa Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, pp. 81-95.

NCOMO, Barnabé (2003) *UriáSimango – um homem uma causa*. Maputo: Nova África.

NEWITT, Malyn (1995), *História de Moçambique*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

PITCHER, Anne (2003) "Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique" in *Análise Social*, vol. xxxviii (168), pp. 793-820.

SAHLINS, Marshall (1963) "Poor Man, Rich Man, Big-Man, Chief: Political Types in Melanesia and Polynesia" *Comparative Studies in Society and History* 5 (3), pp. 285-303.

SEKELEKANI (26.10.2018) "Alta tensão laboral agita Palma" in Suplemento do Semanário Savana, pp. 8-12.

SILVA, Teresa Cruz (1991) "Igrejas protestantes no Sul de Moçambique e Nacionalismo: o caso da 'Missão Suíça'" in *Estudos Moçambicanos*, 10, pp. 19-39.

SOPA, António (1996), "Alguns aspectos do regime de censura prévia em Moçambique (1933-1975)" in RIBEIRO, Fátima e SOPA, António (Coord.), *140 anos de imprensa em Moçambique*, Maputo, Associação Moçambicana da Língua Portuguesa, pp. 89-99.

TAJÚ, Gulamo (1989) "Dom Sebastião Soares de Resende, primeiro bispo da Beira: notas para uma cronologia" in *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 6 (especial: cidade da Beira), pp. 149-176.

THOMAZ, Omar Ribeiro (2008) "'Escravos sem dono': a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista" in *Revista de Antropologia* 51 (1), pp. 177-214.

WEBER, Max (1983) *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, Volume 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

LISTA DOS ÚLTIMOS 20 TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL*			
Nº	Título	Autor(es)	Ano
132	Desafios e oportunidades na produção orizícola no baixo Zambeze: O caso da província da Zambézia	Nelson Capaina	Novembro de 2022
131	Acesso e alocação de terras para além dos grandes investimentos: O papel das elites políticas e económicas em Boane	Josefina Tamele	Outubro de 2022
130	Produção Agrícola e Empoderamento de Mulheres em Contextos Rurais: análise do projecto AgriMulheres em três povoados da província de Nampula (2018- 2021)	Neuza Balane e João Feijó	Setembro de 2022
129	Modelos de desenvolvimento agrário em Moçambique	Yara Nova e Rui Rosário	Setembro de 2022
128	Variações do extractivismo em Moçambique: um mundo inteligente ao clima e a emergência do extractivismo verde	Natacha Bruna	Agosto de 2022
127	Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no Norte de Moçambique ao longo do ano de 2021	João Feijó, Jerry Maquenzi, Daniela Salite e Joshua Kirshner	Agosto de 2022
126	Dinâmicas de inovação tecnológica dos pequenos produtores agrícolas em Moçambique - o caso da produção de soja no Gurué, Alta Zambézia	Rui Rosário, Yara Nova e Naldo Horta	Julho de 2022
125	Terra da abundância, terra da miséria. Usurpação sinérgica de recursos em Massingir	Natacha Bruna	Junho de 2022
124	Dinâmicas na produção agrícola no vale do Limpopo: o caso do arroz	Nelson Capaina	Maior de 2022
123	Efeitos das mudanças climáticas nos sistemas de produção em Moçambique: Implicações para a segurança alimentar	Máriam Abbas	Abril de 2022
122	Evolução dos Preços dos Bens Alimentares (2021)	Yara Nova e Jonas Mbiza	Março de 2022
121	Ingredientes para uma revolta de jovens - Pobreza, sociedade de consumo e expectativas frustradas	João Feijó, Jerry Maquenzi e Aleia Rachide Agy	Fevereiro de 2022
120	Caminhos para a segurança alimentar em moçambique: Uma abordagem de sistemas de produção	Máriam Abbas	Janeiro de 2022
119	A configuração da estrutura económica de Manica e Sofala e processos de resistência à colonização	Janete Cravino	Julho de 2021
118	Caracterização socioeconómica da zona centro de Moçambique. Enfoque no corredor da Beira	João Mosca	Julho de 2021
117	Cobertura Florestal em Moçambique	Mélica Chandamela	Julho de 2021
116	Processos administrativos e práticas na titulação da terra em Moçambique: O caso dos municípios de Maputo e Matola	Nelson Capaina	Junho de 2021
115	Mudanças nos padrões tradicionais de exploração da terra e do trabalho: O caso da açucareira de Xinavane	Joana Manuel Matusse Joaquim, João Mosca, Ana Sampaio	Junho de 2021
114	O papel das mulheres no conflito em Cabo delgado: entendendo ciclos viciosos da violência	João Feijó	Maior de 2021
113	Pobreza e desigualdades em Moçambique: um estudo de caso em seis distritos	Jerry Maquenzi	Maior de 2021

*Para acessar aos restantes textos da série Observador Rural, visite a nossa página web pelo link:

<https://omrmz.org/observador-rural/>

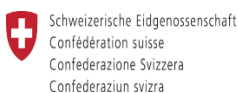


O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar
Maputo – Moçambique

www.omrmz.org